INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

QUANDO O INTERNACIONAL É CONSTRUÍDO POR MULHERES NEGRAS:
A CENTRALIDADE DE EDNA ROLAND E AS RUPTURAS DE DURBAN

JENIFFER GUIMARÃES LIMA

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

QUANDO O INTERNACIONAL É CONSTRUÍDO POR MULHERES NEGRAS:
A CENTRALIDADE DE EDNA ROLAND E AS RUPTURAS DE DURBAN

JENIFFER GUIMARÃES LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Prof. Dra. Karen dos Santos Honório

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

JENIFFER GUIMARÃES LIMA

QUANDO O INTERNACIONAL É CONSTRUÍDO POR MULHERES NEGRAS:
A CENTRALIDADE DE EDNA ROLAND E AS RUPTURAS DE DURBAN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora: Prof. Dra. Karen dos Santos Honório
UNILA

_____
Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas
UNILA

_____
Prof. Dr. Felipe Cordeiro de Almeida
UNILA

Foz do Iguaçu, 11 de dezembro de 2025.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Dedico este trabalho à minha bisavó Odete e a todas as mulheres negras que, como ela e como sua mãe, resistiram, sonharam e abriram caminhos onde antes só havia silêncio. Este trabalho é fruto da força que atravessa gerações.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Divino que me sustentou até aqui, pelo dom de acordar todos os dias, pela sabedoria, pela força quando as coisas ficavam difíceis. Eu sabia que tinha alguém olhando por mim que não me deixaria desistir, e sou grata por ter trazido à minha vida pessoas e oportunidades que valorizo imensamente.

Agradeço a instituição UNILA por me dar um ensino público e de qualidade, obrigada pelas oportunidades, pelo enriquecimento cultural e pela sua proposta ao qual sou apaixonada, saio daqui me sentindo muito mais latinoamericana do que entrei. Agradeço também, aos servidores e técnicos-administrativos da universidade, cuja dedicação cotidiana muitas vezes passa despercebida, mas é fundamental para que a vida acadêmica aconteça. Seus trabalhos sustentam o funcionamento da instituição, garantindo condições para que eu pudesse estudar, pesquisar e concluir minha trajetória, sou grata pelo atendimento, pela paciência, pela disposição em ajudar e por manterem este espaço vivo e possível.

À minha orientadora Karen dos Santos Honório, gratidão por acreditar no meu tema assim que o conheceu, muito obrigada por embarcar nessa jornada comigo, pela paciência, sabedoria e pela dedicada orientação. Agradeço aos membros da Banca Examinadora, Ramon Blanco de Freitas e Felipe Cordeiro de Almeida, por aceitarem o convite, por suas contribuições, críticas construtivas e pela leitura atenta, que certamente enriquecerão a versão final deste trabalho.

Uma imensa gratidão aos meus avós Maria josé e Wilson que sempre acreditaram e apoiaram a seguir meus sonhos e minha ideias mais malucas, sou tão grata por conseguir passar a vida com vocês e ter conselhos sobre a vida de quem tem mais experiência.

Agradeço a minha mãe Ana Cláudia e meu padrasto Toiti, que foram meu suporte emocional todos esses anos de faculdade, mesmo sabendo o quão difícil é ficar longe da sua única filha, aguentaram firme até aqui. Obrigada pela confiança depositada em mim. Agradeço também à minha prima Manoela Eulália e minha amiga Camily que mesmo a distância foram meu porto seguro em dias difíceis e motivos das minhas mais terríveis saudades.

Além disso, passando esses anos por aqui, fiz amigos da atlética, em especial Henrique e Matheus, mirguxos da bateria universitária mais furiosa da

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

fronteira e amigos de classe, em especial Sócrates, que me apoiou muito em toda trajetória universitária, especialmente nessa reta final e Luiz Henrique, que para além da sala de aula virou o irmão que sempre sonhei em ter, muito obrigada pelos momentos de companhia, risadas, consultorias de moda e pelos momentos difíceis também.

Não poderia deixar de agradecer às minhas meninas, o presente que essa faculdade me proporcionou Ana Luiza, Luana e Gabrielly, muito obrigada pelos momentos incríveis, que diante do amargor de dias cansativos, foram a doçura nessa caminhada universitária, aguentar o cotidiano das aulas não seria o mesmo sem vocês, obrigada pelos risos frouxos desde a salas de aula até os brunch superfaturados. Minha imensa gratidão.

Agradeço a mim mesma, pela persistência, pela coragem e por não desistir, mesmo quando conciliar vida, pesquisa e cansaço parecia impossível. Este trabalho é resultado de muito estudo, mas também de muito afeto, força e resistência.

Finalmente, e em conexão com a Dedicatória, agradeço à ancestralidade feminina negra, que me forneceu a sabedoria e a força para enfrentar as estruturas que este trabalho se propõe a desmantelar. Este trabalho é um retorno a vocês.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

A descoberta de ser negra é mais do que a constatação do óbvio. [...]
Saber-se negra é viver a experiência de ter sido mascarada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a experiências, compelida a expectativas alienadas.
Mas é também e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. [...]
Ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser Negro é torna-se negro.
Neusa Santos Souza

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

RESUMO

Este trabalho analisa como o epistemicídio interseccional se manifesta no campo das Relações Internacionais e de que maneira a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Durban, 2001) representou um marco de ruptura com a lógica de silenciamento e exclusão epistêmica. A pesquisa parte da constatação de que a disciplina das Relações Internacionais foi historicamente estruturada sobre os pilares da branquitude, do patriarcado e do capitalismo, que operam de forma interdependente na produção e na legitimação do conhecimento. A partir de uma abordagem interseccional e decolonial, o estudo busca compreender como esses vetores se materializam na diplomacia brasileira, em especial no Ministério das Relações Exteriores (MRE), analisando a ausência de protagonismo das mulheres negras e a forma como elas tensionam e reconfiguram os espaços de poder. O protagonismo de figuras como Edna Roland, na Conferência de Durban, evidencia o papel transformador da agência negra feminina na construção de uma política externa mais plural, inclusiva e comprometida com a justiça racial e de gênero. Conclui-se que romper com o epistemicídio interseccional exige reconhecer e legitimar as epistemologias produzidas a partir das margens, especialmente aquelas oriundas das mulheres negras latino-americanas, que propõem novas formas de pensar e fazer as Relações Internacionais.

Palavras-chave: Epistemicídio interseccional; Mulheres negras; Relações Internacionais; Conferência de Durban; Diplomacia brasileira.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

RESUMEN

Este trabajo analiza cómo el epistemicidio interseccional se manifiesta en el campo de las Relaciones Internacionales y de qué manera la III Conferencia Mundial contra el Racismo, la Discriminación Racial, la Xenofobia y las Intolerancias Conexas (Durban, 2001) representó un hito de ruptura con la lógica de silenciación y exclusión epistémica. La investigación parte de la constatación de que la disciplina de las Relaciones Internacionales fue históricamente estructurada sobre los pilares de la blancura, el patriarcado y el capitalismo, que operan de forma interdependiente en la producción y legitimación del conocimiento. A partir de un enfoque interseccional y decolonial, el estudio busca comprender cómo estos vectores se materializan en la diplomacia brasileña, en especial en el Ministerio de Relaciones Exteriores (MRE), analizando la ausencia de protagonismo de las mujeres negras y la forma en que tensionan y reconfiguran los espacios de poder. El protagonismo de figuras como Edna Roland, en la Conferencia de Durban, evidencia el papel transformador de la agencia negra femenina en la construcción de una política exterior más plural, inclusiva y comprometida con la justicia racial y de género. Se concluye que romper con el epistemicidio interseccional exige reconocer y legitimar las epistemologías producidas desde los márgenes, especialmente aquellas oriundas de las mujeres negras latinoamericanas, que proponen nuevas formas de pensar y hacer las Relaciones Internacionales.

Palabras Clave: Epistemicidio interseccional; Mujeres negras; Relaciones Internacionales; Conferencia de Durban; Diplomacia brasileña.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

ABSTRACT

This paper analyzes how intersectional epistemicide manifests in the field of International Relations and how the III World Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance (Durban, 2001) represented a landmark in breaking the logic of silencing and epistemic exclusion. The research starts from the premise that the discipline of International Relations was historically structured on the pillars of whiteness, patriarchy, and capitalism, which operate interdependently in the production and legitimation of knowledge. Based on an intersectional and decolonial approach, the study seeks to understand how these vectors materialize in Brazilian diplomacy, especially in the Ministry of Foreign Affairs (MRE), by analyzing the absence of Black women's protagonism and how they strain and reconfigure spaces of power. The protagonism of figures like Edna Roland at the Durban Conference highlights the transformative role of Black female agency in building a more plural, inclusive foreign policy committed to racial and gender justice. It is concluded that breaking with intersectional epistemicide requires recognizing and legitimizing the epistemologies produced from the margins, especially those originating from Black Latin American women, who propose new ways of thinking about and practicing International Relations.

Keywords: Intersectional Epistemicide; Black women; International Relations; Durban Conference; Brazilian diplomacy.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Representação de Gênero no Corpo Diplomático Brasileiro 46
Gráfico 2 – Composição Étnico-Racial das Mulheres Diplomatas Brasileiras 47
Gráfico 3 – O Abismo Racial no Itamaraty (Comparativo: Mulheres Negras no Brasil vs. Diplomatas Negras) 48

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

LISTA DE FOTOGRAFÍAS

Fotografía 1 – Foto de Edna Maria Santos Roland 63

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

LISTA DE SIGLAS

AMNB- Articulação de Mulheres Negras Brasileiras
GRULAC- Grupo de la América Latina y el Caribe
ILAESP- Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
MNU- Movimento Negro Unificado
MRE- Ministério das Relações Exteriores
ONG- Organizações Não Governamentais
ONU- Organização das Nações Unidas
POLOP- Organização Revolucionária Marxista Política Operária
RI- Relações Internacionais
SEPPIR- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UNILA- Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **15**
2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS COMO BASE DE VIOLÊNCIA E EXCLUSÕES EM PILARES DE BRANQUITUDE, PATRIARCADO E CAPITALISMO. **20**
2.1. O CAPITALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CLASSE, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO 21
2.2 O PATRIARCADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A DOMINAÇÃO DE GÊNERO 26
2.3 A BRANQUITUDE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O APAGAMENTO RACIAL 32
2.4 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SILENCIAMENTO: O EPISTEMICÍDIO SOB UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL 35
2.5 CONCLUSÕES PARCIAIS 39
3. MRE E REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NA DIPLOMACIA **42**
3.1 HISTÓRIA DO MRE - UM EXEMPLO DO EPISTEMICÍDIO INTERSECCIONAL NAS RI BRASILEIRA 42
3.2 MULHERES NEGRAS NAS RI BRASILEIRAS E REPRESENTATIVIDADE NO MRE 46
3.3 ONDE ESTÃO AS MULHERES NEGRAS NO FAZER RELAÇÕES INTERNACIONAIS? 49
3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS 54
4. III CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIAS CORRELATAS (2001) **56**
4.1 A CONFERÊNCIA DE DURBAN: O CONTEXTO DA CONFERÊNCIA. 56
4.2 O BRASIL EM DURBAN 59
4.3 O PROTAGONISMO DE EDNA ROLAND 62
4.4 ENTRELAÇAR DE LITERATURAS 69
4.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS 70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS **73**
REFERÊNCIAS **76**

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

1. INTRODUÇÃO

Lélia Gonzalez (2020) em seu escrito “Racismo e sexismo na cultura brasileira", propõe que a compreensão da experiência subalternizada passa pela análise da dialética entre Consciência e Memória. Enquanto a Consciência funciona como o espaço do discurso ideológico dominante, do esquecimento imposto e da alienação, buscando ativamente apagar a história e a identidade dos povos colonizados, a Memória atua como um "não saber que conhece", capaz de restituir narrativas não-escritas e fazer emergir verdades que o discurso hegemônico tenta ocultar. A consciência, portanto, representa o lugar da exclusão e da rejeição, expressando-se como discurso dominante, ao passo que a memória, com sua resistência, consegue se manifestar nas falhas e "mancadas" desse discurso, guardando e restituindo histórias silenciadas.

Essa tentativa deliberada de anulação da história e do saber, que se manifesta na supremacia do discurso da Consciência sobre a Memória, converge com o conceito de epistemicídio. O termo faz referência ao apagamento sistemático dos saberes e das contribuições dos sujeitos não reconhecidos pelo padrão hegemônico de racionalidade, conceito elaborado por Boaventura de Sousa Santos (1998). Esse epistemicídio, entretanto, não é homogêneo, mas opera de modo interseccional, ao invisibilizar as experiências e as contribuições das mulheres negras tanto na produção de conhecimento quanto na atuação política.

Em ênfase disso, nas Relações Internacionais, tal estrutura se reproduz na maneira como o campo define quem é autorizado a falar sobre o “internacional” e quais experiências são consideradas válidas. A branquitude e o patriarcado, como observa Cida Bento (2020), criam pactos de silêncio e autopreservação que mantêm o privilégio de certos grupos enquanto marginalizam outros. Assim, o “fazer internacional” historicamente privilegiou homens brancos das elites políticas e econômicas, em detrimento das vozes e vivências que emergem das margens.

Autoras como Kimberlé Crenshaw (1989), embalaram o debate sobre raça, gênero e poder nas Relações Internacionais, para a possível incorporação de perspectivas críticas, coloniais e interseccionais. Ao formular o conceito de interseccionalidade evidenciaram que as opressões de raça, gênero e classe não

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

podem ser analisadas isoladamente, mas sim em sua articulação. No contexto latino-americano, Lélia Gonzalez (1988) propôs o conceito de amefricanidade, que reconhece a existência de uma identidade política e cultural forjada na experiência das populações negras e indígenas das Américas, rompendo com o eurocentrismo.

Tais perspectivas tornam-se fundamentais para tensionar o caráter universalista das Relações Internacionais e demonstrar que o campo é atravessado por relações de poder que definem quem é visto como sujeito e quem é reduzido a objeto de estudo. No Brasil, pesquisas como as de Viviane Balbino (2011) e Karla Globo (2018) apontam que o Itamaraty, símbolo da política externa brasileira, é um dos espaços mais resistentes à democratização racial e de gênero. A sub-representação de mulheres negras na diplomacia reflete o caráter estrutural do racismo institucional e a persistência da exclusão dentro da política externa.

Contudo, apesar dos avanços teóricos e do fortalecimento das abordagens críticas, ainda são escassos os estudos de raça, gênero e Relações Internacionais. São poucas as investigações que articulem de forma direta como as estruturas de exclusão epistêmica nas Relações Internacionais se manifestam dentro do Itamaraty e como a ausência de mulheres negras na diplomacia brasileira se conecta com a reprodução do epistemicídio.

Também, como pressuposto da escrita do trabalho, identifiquei uma lacuna no reconhecimento da agência política e epistêmica das mulheres negras que, mesmo diante dessas barreiras, produzem resistência e conhecimento. Pouco se investiga, por exemplo, como figuras como Edna Roland e outras participantes da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Durban, 2001) contribuíram para redefinir o papel do Brasil na agenda internacional de direitos humanos e igualdade racial, abrindo espaço para uma diplomacia mais plural e interseccional.

Como pergunta de partida fui guiada pela seguinte indagação: As mulheres negras são atores na política externa brasileira? O objetivo geral desta monografia foi analisar de que modo o epistemicídio interseccional estrutura o campo das Relações Internacionais e se reproduz na política externa brasileira, destacando o protagonismo da agência negra feminina na III Conferência de Durban como um exemplo de ruptura no silenciamento epistêmico e institucional na política externa brasileira.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Para isso, utilizei os seguintes objetivos específicos: (i) examinar os pilares de dominação (branquitude, patriarcado e capitalismo) que estruturam o campo das Relações Internacionais e produzem exclusões epistêmicas; (ii) Discutir a representatividade racial e de gênero no Itamaraty, analisando as barreiras históricas à inserção das mulheres negras na diplomacia brasileira; (iii) Investigar a atuação de Edna Roland na Conferência de Durban como exemplo de resistência e produção de novas epistemologias políticas; (iv) Demonstrar como a agência negra feminina reconfigura o "fazer internacional", propondo uma prática decolonial, interseccional e comprometida com a justiça racial e de gênero.

Desse modo, para atender aos requisitos de desenvolvimento dessa pesquisa, proferiu-se pelo método qualitativo, de natureza exploratória e bibliográfica, com o objetivo de analisar criticamente o campo das Relações Internacionais e suas estruturas de exclusão. Teoricamente, a pesquisa utiliza da interseccionalidade como principal categoria de análise para desvendar como a branquitude, o patriarcado e o capitalismo operam conjuntamente para sustentar o epistemicídio interseccional no campo.

O procedimento técnico combina a revisão bibliográfica especializada, focada em autoras negras brasileiras e da diáspora, com a análise de documentos oficiais, entrevistas já publicadas com a diplomata brasileira negra Edna Roland, e literatura secundária sobre o Estudo de Caso da III Conferência Mundial sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas acontecidas em Durban, 2001. Este estudo de caso é empregado para demonstrar, de forma empírica, a possibilidade de ruptura do silenciamento, destacando o papel da agência negra feminina no foro multilateral, notadamente através do protagonismo de Edna Roland. Por fim, a pesquisa é caracterizada como descritiva-analítica, pois visa não apenas descrever os fenômenos da exclusão, mas, sobretudo, analisá-los e interpretá-los à luz de um arcabouço teórico decolonial e crítico.

Portanto, o interesse em desenvolver esta pesquisa também nasce de um lugar pessoal. Enquanto mulher negra, reconheço que minha trajetória acadêmica e profissional é atravessada pelas mesmas estruturas de exclusão e silenciamento que busco analisar neste trabalho. Investigar o epistemicídio interseccional nas Relações Internacionais é, portanto, um exercício de reflexão sobre as barreiras históricas impostas às mulheres negras no acesso à produção e à validação do

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

conhecimento. Esta escolha teórica e política reflete um compromisso com a reescrita de narrativas que, por muito tempo, foram contadas sem a nossa presença. Assim, este estudo é também uma forma de afirmar a importância de pensar e fazer Relações Internacionais a partir de nós mesmas, reconhecendo que nossas experiências constituem fontes legítimas de saber e transformação.

Diante disso, o trabalho se desenvolve a partir de três capítulos. O primeiro apresenta a base teórica do estudo, discutindo o conceito de poder nas Relações Internacionais e a forma como as teorias clássicas, especialmente o Realismo e o Liberalismo, contribuíram para a consolidação de um campo excludente e eurocentrado. A seção também introduz o debate sobre branquitude, patriarcado e capitalismo como sistemas interligados de dominação, e discute o epistemicídio interseccional na área como resultado dessas estruturas.

O segundo capítulo analisa a representatividade da mulher negra nas Relações Internacionais brasileiras, com ênfase na inserção das mulheres no Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). São apresentados dados e pesquisas que evidenciam as barreiras raciais e de gênero na carreira diplomática, bem como as iniciativas de resistência e transformação que vêm sendo protagonizadas por diplomatas e pesquisadoras negras.

Por fim, o terceiro capítulo aborda a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Durban, 2001) como um marco histórico e simbólico de ruptura com o silenciamento das vozes negras. O capítulo destaca o protagonismo de Edna Roland e como suas ações representam uma possível ruptura no epistemicídio da política externa brasileira e das Relações Internacionais. Seu papel na formulação de políticas e discursos que reposicionaram o Brasil no cenário internacional e abriram caminho para novas epistemologias e práticas diplomáticas.

Em suma, esta pesquisa parte do compromisso ético e político de reconhecer que o internacional também é pessoal (Enloe, 2014), e que pensar as Relações Internacionais a partir das vivências das mulheres negras significa deslocar o centro da produção do conhecimento. Romper com o epistemicídio interseccional é uma prática de resistência e (re)existência, um gesto de reescrever o mundo desde a amefricanidade, como propõe Lélia Gonzalez, e de afirmar que as Relações

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Internacionais só serão universais quando incorporarem as vozes historicamente silenciadas.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

2. RELAÇÕES INTERNACIONAIS COMO BASE DE VIOLÊNCIA E EXCLUSÕES EM PILARES DE BRANQUITUDE, PATRIARCADO E CAPITALISMO.

Já é claro que as Relações Internacionais (RI) é um campo elitizado economicamente, socialmente e politicamente. Desde sua origem, o campo das RI foi dominado por uma elite acadêmica e política, majoritariamente capitalista, branca e ocidental, cujas principais teorias como o Realismo e Liberalismo são ligadas às grandes potências, e moldaram a disciplina de acordo com seus interesses geopolíticos e econômicos. Esse fenômeno levou ao estabelecimento de um *mainstream* no campo, onde as teorias tradicionais se tornaram hegemônicas, limitando a inclusão de perspectivas alternativas (Jubran; Leães; Valdez, 2023).

Sendo assim, fica evidente que as principais teorias das Relações Internacionais contam uma “história única” que destaca as violências e exclusões que são geradas por seus conceitos fundamentais e mitos como estado de natureza, contrato social e Estado moderno. Elas servem para desqualificar a diferença e oprimir minorias étnico-raciais que não se encaixam na lógica da modernidade (Fernández, 2019).

Para tanto, a incorporação do pensamento de Hobbes (1988) nas Ciências Sociais e, principalmente, nas Relações Internacionais, prospectou a visão de que a única alternativa à ausência do Estado soberano é o estado de natureza. O entendimento dicotômico, que contrapõe a ordem do Estado à desordem da anarquia, leva à desvalorização de qualquer outra forma de organização política, econômica ou cultural. Como bem salienta Marta Fernández:

> O Estado soberano vestfaliano passa a ser visto pelas Relações Internacionais como a única expressão de ordem política possível e legítima, enquanto outras formas de comunidade política e de vida, que fogem às prescrições modernas, são invisibilizadas, depreciadas e/ou perseguidas. (Fernández, 2019, p. 462)

A Paz de Vestfália, de acordo com Naeem Inayatullah e David Blaney (2004), é compreendida como o marco do sistema moderno, estabelecendo o Estado como a principal forma de organização social em meio aos conflitos religiosos. Nesse sentido, o Estado, a República e a noção de universalidade laica compõem os três pilares institucionais que sustentam a modernidade e se apresentam como mitos fundadores das RI. Contudo, percebe-se que:

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

> As RI são narrativas de poder, mais especificamente do poder branco. Como o direito internacional, são uma tecnologia que emerge a serviço do imperialismo e do colonialismo. De fato, suas origens institucionalizadas têm muito mais a ver com a Conferência de Berlim, que dividiu a África, do que com a Primeira Guerra Mundial. Portanto, é imperativo revisitar e problematizar o mito fundador das RI, que limita o estudo das causas da Primeira Guerra Mundial a desacordos dentro do território europeu. (Silva, 2023, p. 35)

Outrossim, o Contrato Social, ao qual sugere a existência de um cenário político ordenado e livre de conflitos, centrado em torno de um Estado idealizado. Como aponta Mills (1997), a perspectiva da epistemologia da ignorância e do Contrato Racial revela que a aparente harmonia promovida pelas teorias do Contrato Social e reiterada pelas Relações Internacionais (RI), oculta as violências praticadas contra os povos nativos das colônias em ambos os lados do Atlântico. Nesse contexto, é coerente que as teorias *mainstream* das RI insistam e justifiquem o estado de natureza como a condição essencial das relações entre Estados no sistema internacional haja vista que para Oliveira (2024, p. 108), "é esse estado de natureza que justifica a formação de ideologias dominantes que moldam as interações globais e reforça a necessidade de uma organização na figura do Estado-nação."

A partir disso, identifica-se a necessidade de "desconstruir vetores de opressões e privilégios e reconstruir a disciplina numa base emancipatória." (Silva, 2021, p.49). Além disso, Silva (2021) acrescenta que a reformulação das Relações Internacionais, considerando suas bases coloniais, racistas, heteronormativas e patriarcais, é essencial para que uma disciplina possa se tornar um meio de emancipação (Silva, 2021).

Diante do exposto, neste capítulo será apresentada a forma como as Relações Internacionais se conformaram historicamente em pilares de branquitude, patriarcado e capitalismo, refletindo bases racistas, machistas e classistas. É a partir dessa estrutura que se sustentam e se legitimam as formas de epistemicídio interseccional, manifestando-se simultaneamente nas dimensões de raça, gênero e classe.

2.1. O CAPITALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CLASSE, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Como visto anteriormente, a visão tradicional das RI, dominada por perspectivas *mainstream* como o Liberalismo e o Realismo, aceita o Estado-nação como a principal unidade de análise. Abordagens críticas como a Teoria Crítica, Construtivista, Teoria Marxista, questionam essa visão e buscam desconstruir o conceito de Estado como uma entidade autônoma e central. O Marxismo, em específico, está focado no papel fundamental das classes sociais e nas relações de produção como motores da história. Para essa corrente, a explicação das relações entre os Estados deve ser encontrada nos "movimentos profundos da história" (Vigevani *et al.*, 2011, p. 112), que são moldados, acima de tudo, pelas dinâmicas do capitalismo.

Em vez de explicar as relações internacionais a partir das interações entre os Estados, o que percebemos é uma narrativa mais profunda que revela como as estruturas sociais dominantes definem as relações de poder entre as nações (Vigevani *et al.*, 2011). Sendo assim, Sarfati explica que o Estado sempre refletirá os interesses de grupos sociais dominantes:

> Como dissemos, os Estados são atores de Relações Internacionais, no entanto, não são seus agentes na concepção marxista, porque os Estados, por meio da superestrutura, têm o papel de reproduzir o modelo de dominação vigente. Assim sendo, se o modelo for de produção industrial e burguês, o Estado defenderá os interesses dos grupos sociais dominantes, portanto, a Política Externa de um Estado sempre refletirá os interesses dominantes da burguesia daquele país. (Sarfati, 2005, p. 114)

Ao evidenciar como o Estado reflete os interesses das classes dominantes, a crítica marxista propõe que o capitalismo, para além da organização das relações de produção e da atuação do Estado, está articulado com outras estruturas de dominação que sustentam a ordem internacional. Em outras palavras, a lógica capitalista se entrelaça a hierarquias sociais, raciais e de gênero, conformando um sistema global que reproduz desigualdades e legitima exclusões históricas.

Não obstante, organizações tanto públicas quanto privadas estabelecem e propagam modos de funcionamento que não só uniformizam um determinado sistema de valores, mas também definem o perfil ideal de quem deve ocupar as posições de poder. Em todos os campos, esse perfil é majoritariamente “cisgênero, branco e masculino, de modo que se mantém a hierarquia das relações de dominação que vem sendo construída há séculos pelos idealizadores do capitalismo” (Silva, 2023, p.25).

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Sendo assim, David *et al.* (2024, p. 80) afirmam que diante da lógica capitalista, os projetos de exploração econômica passaram a se consolidar em articulação com aspectos sociais, políticos, religiosos e econômicos. Nesse contexto, a estrutura patriarcal, heteronormativa e o racismo estrutural contribuíram para que a participação das mulheres na esfera pública ocorresse de forma marginalizada, uma vez que foram historicamente associadas ao espaço doméstico, aos cuidados, à maternidade e às tarefas do lar.

A partir disso, percebe-se que a entrada das mulheres no mercado capitalista foi um processo gradual. Nesse contexto, diferenças de gênero foram criadas ou intensificadas em áreas onde anteriormente não eram relevantes. Além disso, discute-se a dominação de gênero, pois essa compreensão não era um princípio organizacional social original, mas foi, mais tarde, implementada como um instrumento de controle, resultando na inferiorização econômica, política e cognitiva das mulheres (David *et al.*, 2024).

Isto significa que no processo de consolidação do capitalismo, a inserção das mulheres na esfera produtiva não alterou a organização da divisão sexual do trabalho, ao contrário, como observou Heleieth Saffioti (1987), reafirmou que há papéis sociais de homens e mulheres, que delimitam como e onde homens e mulheres irão exercer suas funções. A socióloga francesa Danièle Kergoat juntamente com Helena Hirata, contribuí com a seguinte definição para o conceito de divisão sexual do trabalho:

> A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599)

Contudo, a compreensão plena das dinâmicas do mercado de trabalho exige uma perspectiva mais ampla. Para além da divisão sexual do trabalho, que segrega tarefas por gênero, é igualmente crucial examinar a forma como a raça molda as posições e o acesso a oportunidades.

Nas alíneas de Ellen Meiksins Wood (2006) argumenta que, embora o racismo e o sexismo não sejam essenciais para a formação das relações de produção capitalistas e a acumulação de capital, eles se estabelecem como

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

poderosas formas sociais de organização da vida que servem aos interesses da burguesia. A autora ilustra essa posição afirmando que “a história do capitalismo foi caracterizada pelos racismos mais virulentos já vistos” (Wood, 2006, p. 229). Sendo assim, ela exemplifica essa ideia ao destacar que a opressão racial beneficia a ordem capitalista, porque diminui a tensão entre capital e trabalho, reservando os melhores postos de trabalho para os operários brancos e fomentando a percepção de que a exploração e a desigualdade social na maioria da população negra são resultados de sua raça, e não fatores inerentes ao capitalismo.

Posto isto, Souza (2022) argumenta que o racismo deforma a compreensão, tanto de negros quanto de brancos, sobre as contradições do capitalismo. Isso ocorre porque o racismo naturaliza uma série de realidades sociais, como a concentração da população negra em profissões de baixa qualificação e escolaridade, a escassez de profissionais negros em áreas de prestígio (como medicina, direito e engenharia), e a predominância de negros e negras em ocupações subalternas, nas favelas e entre a população carcerária.

Essa naturalização das desigualdades, que Souza (2022) descreve, está intrinsecamente ligada à divisão racial do trabalho, sendo esta essencial para a compreensão do racismo estrutural no mercado assalariado. Conforme argumenta Alves (2022), para analisar essa divisão como uma categoria relevante na contemporaneidade, é fundamental investigar suas raízes históricas, o que exige uma análise crítica da complexa dinâmica do escravismo moderno. Nesse processo, o sujeito escravizado funcionava simultaneamente como trabalhador, ferramenta de produção e a própria mercadoria. Este é o ponto de partida para entender a divisão racial do trabalho no Brasil não como um fenômeno ultrapassado, mas como a base histórica de um problema persistente (Alves, 2022):

> A utilização da força de trabalho das/os escravizados no modo de produção escravista remete às raízes da divisão racial do trabalho no Brasil. A superação do modo de produção escravista e a transição do trabalhador escravizado para o trabalhador livre se materializaram em uma sociedade em que o racismo se tornou um elemento estruturante das divisões de classes, possibilitando a marginalização e a exclusão da população negra do mercado de trabalho assalariado e a inclusão em postos de trabalho de subsistência e informais. (Alves, 2022, p.214)

Segundo Alves (2022), o racismo impulsionou a divisão racial do trabalho no Brasil, criando um mercado de trabalho assalariado onde a segregação social e as barreiras raciais impediram que trabalhadores(as) negros(as) tivessem acesso aos

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

principais caminhos de ascensão social. Os resultados foram “[...] graves desigualdades raciais e a concentração de negros [...] no extremo inferior da hierarquia social” (Hasenbalg, 1979, p. 223). Sendo assim, o racismo se inseriu no mercado de trabalho brasileiro, adquirindo uma importância central nas esferas social, ideológica e política, e “serviu para demarcar o lugar das(os) trabalhadoras(es) negras(os) na sociedade capitalista, sedimentando a divisão racial do trabalho no Brasil” (Alves, 2022, p. 216).

Sucintamente, Tamires Guimarães do Nascimento e Renata Gonçalves trazem a seguinte reflexão:

> A partir dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho, observamos que aqui também existe um princípio de separação: há postos de trabalhos ocupados exclusivamente por brancos e há outros que são destinados a negros; e um princípio de hierarquia: cujas atividades realizadas por negros têm menor prestígio do que aquelas desempenhadas por brancos. Para a autora, estes mesmos princípios são mais alargados quando se trata do trabalho das mulheres negras, havendo, portanto, um verdadeiro abismo entre homens brancos e mulheres negras, baseados nos princípios de separação e de hierarquia. São as mulheres negras que estão nas ocupações mais precarizadas e com os menores salários, evidenciando que a divisão racial do trabalho funciona como um importante mecanismo de intensificação da exploração do trabalho na sociedade capitalista. (Nascimento; Gonçalves, 2021, p. 284)

Como já observado, a situação do trabalho no Brasil é ainda mais crítica para as mulheres negras. Dados da PNAD Contínua do IBGE no 4º trimestre de 2023, mostram claramente as disparidades raciais no mercado: as mulheres negras ocupam, de forma desproporcional, os empregos informais e com salários mais baixos. Para exemplificar, 41% das mulheres em trabalhos informais são negras, contra 31% de mulheres não negras. Além disso, a PNAD revela que a maioria esmagadora das trabalhadoras domésticas no país (91%) é composta por mulheres, e 67% dessas são negras. Assim, portanto, a prevalência de mulheres negras no trabalho doméstico, não é aleatória, mas sim uma consequência das barreiras sistêmicas que restringem suas oportunidades de emprego.

Para Leão e Lírio (2024), essa realidade é intensificada pela dificuldade de acesso à educação de qualidade e pela discriminação racial presente no mercado de trabalho. Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração, nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de “servente”. “De um modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação 'profissional’: doméstica e mulata” (Gonzalez, 1980, p.59).

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Por não se encaixarem nos padrões elitistas mencionados anteriormente, a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho ocorreu de forma subalterna no Brasil, reflexo direto da estrutura capitalista, evidenciando os profundos impactos do colonialismo em nossa formação social (Nascimento; Gonçalves, 2021). Com efeito, “o sistema capitalista se beneficia em manter mulheres pretas em um lugar social de subalternidade a partir da intersecção de múltiplas opressões” (Carvalho; Santos, 2021, p. 1).

Lélia Gonzalez (1980) argumenta que a mulher negra está submetida a um processo de tripla discriminação (em razão de raça, classe e sexo), decorrente da divisão racial e sexual do trabalho. Essa intersecção de opressões é fundamental para a compreensão do seu lugar específico na estrutura social e no mercado de trabalho. Reforçando esse argumento:

> Nesse sentido, pode-se dizer que as trabalhadoras negras são historicamente impelidas a ocupações marginalizadas pela condição de vulnerabilidade decorrente do entrecruzamento de classe, raça e gênero, e o resultado dessa condição se expressa nos indicadores de grande contingente de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico, ou ainda em baixos salários e um alto grau de informalidade. (Nascimento e Gonçalves, 2021, p. 87)

Em suma, a luta antirracista do feminismo negro no mercado de trabalho formal para as mulheres negras busca atingir a plena igualdade racial e de gênero. O objetivo é eliminar todos os tipos de preconceito, permitindo que mulheres negras atuem em qualquer ambiente profissional que desejarem e recebam salários equivalentes aos de homens e mulheres brancos, bem como não inferiores aos de homens negros, assegurando assim a paridade salarial (Nascimento; Gonçalves, 2021).

2.2 O PATRIARCADO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A DOMINAÇÃO DE GÊNERO

Apesar de ser um campo historicamente dominado por homens e suas perspectivas, as Relações Internacionais passaram a incorporar, a partir da década de 1980, momento em que se realizou uma abertura disciplinar para as abordagens pós-positivistas, as vozes e as análises das perspectivas feministas (Barasuol; Zanella, 2023). O feminismo surge, então, como uma força crítica, desafiando a

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

visão de mundo centrada no Estado e na segurança tradicional, e trazendo a dominação de gênero para o centro do debate, explicado por Sarfati:

> Portanto, uma das primeiras tarefas do Feminismo é expor a exclusão das mulheres do discurso teórico das Relações Internacionais. O Feminismo, ao se perguntar "onde estão as mulheres?", passa, em primeiro lugar, a expor a construção sexista e androcêntrica das Relações Internacionais, para, em seguida, buscar inserir a visão feminina das Relações Internacionais. Levar em conta uma visão feminina significa reconhecer seriamente as experiências de, ao menos, 50% da população mundial. Ou seja, não é possível aceitar que o discurso masculino seja aquele que represente tanto os homens quanto as mulheres. Assim, levar em conta as mulheres abre novas perspectivas para as Relações Internacionais, envolvendo novos tópicos de investigação, como a vida diária das mulheres, sua luta contra a opressão, seu papel nas transformações sociais etc. (Sarfati, 2005, p. 295)

Embora a pesquisa feminista nas RI compartilhe uma base teórica comum, ela se manifesta por meio de diversas epistemologias e metodologias. Lene Hansen (2010) simplifica essa diversidade ao dividir a pesquisa feminista em RI em três vertentes epistemológicas principais a empiricista ou racionalista, a de perspectiva (ou *standpoint*) e a pós-estruturalista ou pós-moderna.

O feminismo empiricista ou racionalista busca incluir as mulheres nos estudos tradicionais do campo, denunciando sua ausência em áreas como diplomacia, segurança e economia, mas sem romper com as categorias centrais das RI, se aproxima da posição neopositivista e não problematizam a divisão binária "homem" e "mulher" enquanto categorias de análise (Sylvester, 1994).

Já o feminismo de perspectiva (standpoint), tem inspiração marxista do conceito os grupos hegemônicos detém o conhecimento dominante, assim parte do ponto de vista de perspectivas tradicionalmente marginalizadas (Hensen, 2010). Este defende que a experiência vivida de indivíduos pertencentes a grupos silenciados no trabalho acadêmico, além de um ponto de vista eminente e mais completo para revelar as estruturas de poder e opressão (Hensen, 2010).

Por fim, o feminismo pós-estruturalista ou pós-moderno tem caráter desconstrutivo, influenciado por Judith Butler problematiza dicotomias como público/privado e masculino/feminino, além de evidenciar como a linguagem e os discursos moldam a própria constituição das RI a partir de uma lógica masculinista e excludente (Barasuol; Zanella, 2023).

Outrossim, destaca-se também o feminismo negro, que aprofunda a crítica feminista ao demonstrar que marcadores sociais como raça e classe criam situações de opressão mais severas para algumas mulheres do que para outras (Barasuol;

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Zanella, 2023). Autoras como Angela Davis e bell hooks[1] utilizam uma base teórica similar ao marxismo para enfatizar a invisibilização das mulheres que são forçadas ao mercado de trabalho por necessidade e que, dentro dele, enfrentam uma soma de opressões.

Diante disso, desde a consolidação das Relações Internacionais como disciplina autônoma, observa-se uma histórica sub-representação das mulheres. Cynthia Enloe (1998) argumenta que as dinâmicas consideradas "pessoais", frequentemente relegadas ao âmbito doméstico ou privado, estão intrinsecamente conectadas às estruturas internacionais. Assim, as relações de poder de gênero, mesmo quando manifestadas em contextos internos aos Estados, produzem efeitos relevantes sobre o funcionamento do Sistema Internacional e merecem atenção analítica no campo das Relações Internacionais.

Ao focar excessivamente nas distinções biológicas entre sexos, o homem branco foi elevado à posição de padrão, definindo todas as outras identidades por comparação. Essa perspectiva da masculinidade branca cis-heteronormativa moldou a visão de igualdade e liberdade individual de grande parte do feminismo ocidental (Gill; Pires, 2023).

Por isso, o gênero determina as relações sociais que legitimam e sustentam o poder das masculinidades que são construídas em relações às feminilidades e expressam as variadas estruturas nas quais a identidade é articulada por meio de uma ordem de gênero (Greig *et al.*, 2000, p. 1). “Essa ordem de gênero expressa o poder das masculinidades sobre as feminilidades e o poder de algumas masculinidades sobre outras com base em raça, orientação sexual e etnicidade, por exemplo” (Jesus, 2023, p.134).

De acordo com Connell (1993), instituições como o Estado, o mercado de trabalho e a família são cruciais para a organização contemporânea do gênero, pois as masculinidades, como construções culturais, estão intrinsecamente ligadas às sexualidades, um componente vital na formação social do gênero. Visto que as relações de gênero geram desigualdades sistêmicas, com homens geralmente usufruindo de vantagens coletivas e mulheres enfrentando desvantagens na maioria das culturas atuais, Connell (1993, pp. 601-603) argumenta que “as masculinidades devem ser compreendidas como políticas”. Isso implica uma luta por recursos

[1] O nome da autora *bell hooks* é grafado em minúsculas por se tratar de uma decisão da própria autora, como forma de protesto.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

escassos, a mobilização de poder e a busca de táticas para defender interesses específicos. Esses interesses, por sua vez, são moldados pelas relações de gênero e suas desigualdades, não são uniformes e agem como fortes determinantes da ação social.

Sendo assim, a trajetória do feminismo, embora tenha focado na diferença sexual biológica como o principal marcador de identidade social, falhou em incorporar ou mesmo reconhecer outras disputas de gênero que utilizam vocabulários conceituais e métodos políticos distintos:

> A consequência dessa dinâmica interna das teorias e práticas predominantes do feminismo chamado ocidental, que são fundadas em uma diferença universalizada entre o sujeito homem e a sujeita mulher, é a decorrente desracialização do conceito de gênero em um mundo onde os códigos da branquitude se mantêm como uma racialidade não nomeada. Isto é, o perfil masculinizado e feminizado que se impõe como norma se beneficia do sistema de privilégio e opressão que (re)produz. (Gil; Pires, 2023, p. 48)

Portanto, até mesmo o feminismo dominante, presente nas últimas décadas nas RI, no Brasil e no exterior, além de criar agendas políticas, moldou nosso entendimento sobre gênero, definindo o que significa ser feminista ao formular as perguntas e oferecer as respostas. No entanto, essa abordagem foi majoritariamente desenvolvida por e para mulheres brancas de classe alta, que se colocaram no direito de falar por uma "mulher universal" (Gil; Pires, 2023, p.71). Essa perspectiva, resultou em um modelo que não consegue se desvincular ou desafiar um sistema que exclui, marginaliza, humilha, violenta e mata diariamente em sua maioria, pessoas negras e indígenas, tanto mulheres quanto homens, além de outros grupos que não se encaixam nos padrões da branquitude (Gil; Pires, 2023).

Soma-se ao cenário supracitado, que os corpos que foram alvo da escravidão no passado colonial são os mesmos que ainda hoje sofrem diversas formas de violência estatal e ainda continuam sendo vítimas por esse mesmo sistema, mas de maneira atualizada:

> Os corpos que foram escravizados, expropriados de sua memória, forma de vida e dignidade são os mesmos que atualmente continuam sendo alvos das mais variadas formas de representação da violência de Estado. Objetificadas, desumanizadas, infantilizadas, docilizadas: muitas são as expressões que denunciam o tratamento conferido às pessoas que estão abaixo da linha abissal pelo projeto moderno/colonial, cujo legado permanece submetendo os mesmos corpos a formas atualizadas de desrespeito. (Gil; Pires, 2023, p. 53)

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Por conta disso, é inegável que, a mulher negra, por sua posição dentro desses sistemas, consegue vivenciar e compreender profundamente como os sistemas de dominação de gênero e raça interagem, articulando suas complexidades, ambiguidades e transformações de forma perspicaz.

> Com um olhar imbricado, conseguimos enxergar a “masculinização” da mulher negra em discursos e práticas herdadas do período escravista. Até hoje, mulheres negras são consideradas como mais “fortes”, mais “resistentes à dor”, mais “adaptadas ao trabalho extenuante” etc., mulheres que têm seus corpos e vidas devastados desproporcionalmente pelo feminicídio, pelas esterilizações forçadas e pelos encarceramentos em massa, para citar apenas alguns exemplos. Mulheres que no lugar de protegidas são alvo preferencial do racismo institucional, da violência obstétrica, da exploração de sua força de trabalho (e do não reconhecimento como trabalho de boa parte de seus ofícios). (Gil; Pires, 2023, p. 59)

Nesse sentido, estudar conceitos como masculinidade, branquitude e cis-heteronormatividade são fundamentais para analisar as complexidades transversais às questões de gênero, enriquecendo a discussão, a pesquisa e o diálogo sobre o tema. Ao revisionar a literatura que circunda o campo científico do Pensamento Social Brasileiro, a pensadora Cida Bento (2014) argumenta a necessidade de expor os padrões não ditos da branquitude e parar de usar a raça como um mero detalhe descritivo em discussões amplas sobre "a mulher", especialmente quando o foco são as mulheres negras.

Então, manter a categoria raça em nossas análises é crucial para compreender mais profundamente o funcionamento do patriarcado, da cis-heteronormatividade, da luta de classes e de todo um projeto de sociedade que se baseia nesses pilares civilizatórios de origem eurocêntrica:

> Entender a desumanização naturalizada dos corpos não brancos ajuda não apenas a perceber as estratégias do racismo, mas também do sexismo (da maneira pela qual irá operar sobre mulheres brancas e não brancas), da heterossexualidade compulsória (não apenas em relação a gays, lésbicas, transvestigeneres e pessoas não binárias, mas inclusive sobre pessoas cishéteros), assim como o lugar reservado aos corpos não negros nos indicadores sociais de renda, saúde, educação, alimentação, moradia e violência. (Gill; Pires 2023, p. 64).

Para além disso, é interessante voltar os olhos para o contexto brasileiro e latino americano, em que o feminismo, assim como outras correntes centrais das Relações Internacionais, tem sido fortemente marcado pela produção anglo-americana e, por essa razão, tende a representar não apenas as mulheres, mas também o chamado Terceiro Mundo, como objetos de um discurso de

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

subalternização (Sarfati, 2005, p.296). Essa narrativa encontra correspondentes no ambiente acadêmico, autoras como Lélia Gonzalez destaca que:

> As intelectuais e ativistas tendem a reproduzir a postura do feminismo europeu e norte-americano ao minimizar, ou até mesmo deixar de reconhecer, a especificidade da natureza da experiência do patriarcalismo por parte de mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados". (Gonzalez, 2008, p. 36)

Portanto, isso se torna ainda mais evidente e absurdo quando consideramos a *Améfrica Ladina*, termo denominado por Lélia (1988), na qual a pequena parcela de herdeiros do projeto colonial europeu, se beneficiará da escravidão e é de fato branca, continua a se impor como o padrão a partir do qual tudo é "normalizado" e os processos de desumanização são justificados. Lélia visa descentralizar os métodos eurocêntricos e pensar no nosso presente herdado.

Conforme Curiel (2016), a compreensão das opressões não é uma simples adição de vivências ou uma intersecção de conceitos, pelo contrário, ela exige que se reconheça como essas experiências permearam a história de nossa região, do colonialismo à colonialidade contemporânea, e de que forma elas impactam particularmente aqueles que não possuem privilégios raciais, de classe, sexo ou sexualidade, como é o caso das mulheres negras, indígenas e camponesas da região.

Em síntese, para levarmos a sério um estudo crítico e global das relações internacionais seria essencial focar nas relações intersubjetivas e institucionais, olhar para as experiências vividas e reinventadas a cada dia em nossos próprios territórios. Afinal, a disciplina das RI, que surgiu das guerras entre Estados do Norte, perdeu de vista como o sistema internacional é, na verdade, sustentado por uma violência colonial e racial sistêmica que se renova constantemente.

Além disso, repensar os feminismos que atuam no campo das RI significa questionar a própria estrutura eurocêntrica, branca e patriarcal dessa disciplina. Atualmente, essa área impõe critérios que definem o que é válido ou não no debate, mas que não refletem a realidade e a experiência da maioria das pessoas em nosso continente.

Em suma, os acordos implícitos da cis-masculinidade branca são evidentes em todas as esferas de poder, inclusive na produção do conhecimento (epistêmica). Consequentemente, qualquer estudo teórico, seja ele crítico ou não, deve

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

obrigatoriamente considerar o impacto do patriarcado e dessa estrutura na análise (Silva, 2023).

2.3 A BRANQUITUDE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O APAGAMENTO RACIAL

Denise Ferreira da Silva (2019) explica que tanto o direito internacional quanto às RI foram construídas desde uma lógica colonial que separa o mundo entre brancos e não brancos. Nessa lógica, a branquitude é associada a valores positivos, como racionalidade, sabedoria e civilização, enquanto a negritude é vista de forma negativa, ligada à violência, ao atraso e à desordem. Assim, o sujeito branco é colocado como aquele que tem o poder de definir o que é certo, desenvolver e "civilizar" os outros. Nesse panorama, as RI são reprodutoras e reproduzem uma hierarquia racial global, em que a raça orienta as formas de ver o mundo, de produzir conhecimento e de exercer poder (Silva, 2019).

Dessa forma, a elitização do campo das RI está intrinsecamente ligada à reprodução da branquitude como estrutura de poder. Karine de Souza Silva (2021) ressalta como a disciplina se mantém "surda e cega" às dinâmicas raciais, ignorando a influência da raça tanto na formulação de políticas quanto na própria construção teórica. Essa ausência deliberada não apenas sustenta a hegemonia de perspectivas eurocêntricas, mas também inviabiliza o reconhecimento de contribuições teóricas oriundas de contextos racializados.

> O silêncio comunica, e muito. Silêncio também é forma de discurso que, intencionalmente ou não, mantém o status quo e reforça as estruturas de dominação que oprimem nações e pessoas, ao passo que calam suas vozes, soterram suas memórias e mostram conivência com a violência, seja intersubjetiva, seja institucional, organizada ou não, que elimina e marginaliza narrativas, agências e corpos. (Silva, 2021, p. 39)

Assim sendo, a ontologia racial das Relações Internacionais (RI) tem o efeito de produzir subjetividades e posições hierarquizadas dentro do contexto das relações de poder. A cegueira conveniente e o silêncio cúmplice da branquitude, juntamente com suas alianças, servem para solidificar a epidermização[2] do poder e,

[2] A expressão "epidermização da inferioridade", formulada por Frantz Fanon em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952), refere-se ao processo pelo qual a pessoa negra internaliza a inferioridade imposta pelo racismo. Para Fanon, a violência colonial não atua apenas externamente, mas penetra na subjetividade, fazendo com que o indivíduo negro incorpore "na própria pele" os valores, estigmas e hierarquias produzidos pela branquitude. Trata-se, portanto, de uma operação psicológica e social que transforma a inferiorização racial em uma marca incorporada no corpo e na experiência subjetiva.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

assim, garantir a preservação de vantagens para uma elite transnacional (Silva, 2023, p. 5).

Fanon (2008) aponta que o Estado-nação, enquanto construção, foi utilizado pelas potências colonizadoras para negar a soberania de nações previamente colonizadas, relegando-as à periferia e silenciando suas vozes. Kilomba (2019) complementa ao explicar que a marginalização de intelectuais negros e indígenas é uma estratégia para evitar o confronto com perspectivas que desafiam as narrativas dominantes, garantindo que a estrutura racista e colonial perpetuem hegemonias no campo do conhecimento.

Para aprofundar essa crítica, torna-se imprescindível problematizar a branquitude não como uma mera identidade, mas como uma estrutura de poder e dominação baseada na raça (Lima, 2024). Segundo, Schucman (2012) o racismo se fundamenta na suposta superioridade branca e opera como um mecanismo eficaz de controle do poder e da distribuição de recursos. Dessa forma, torna-se mais fácil compreender como as relações de dominação e privilégio perpassam o cotidiano, consolidando a branquitude como um lugar de privilégio e de não concessão (Bento, 2022).

Sob essa ótica, Lourenço Cardoso (2014, p. 90) irá ilustrar que a branquitude, ao exercer o poder concedido, "não abre mão de nenhum espaço, não faz concessão de nenhuma parte do que considera seu espaço, aquele de maior poder, prestígio e valor simbólico e econômico". Essa manutenção intransigente é sustentada pelo que se chama de ignorância branca. Como Charles W. Mills aponta, "o óbvio precisa ser relembrado, já que interesses podem moldar a cognição e as sociedades escolhem o que querem lembrar e o que querem esquecer" (Millas *apud* Bento, 2022, p. 39). Assim, a branquitude não apenas conserva seus privilégios, mas também controla a narrativa histórica, selecionando as memórias que serão preservadas e as que serão silenciadas para reforçar desigualdades. Essa manutenção do *status quo* é sustentada por dois pilares centrais: o racismo institucional e o pacto narcísico da branquitude.

O racismo institucional, conforme define Bento (2022), manifesta-se na estrutura das organizações, independentemente de intenções discriminatórias

---

A inferioridade deixa de ser apenas uma categoria social e histórica (estrutura) para se tornar uma condição existencial e psíquica (epiderme), moldando a percepção de si mesmo, as interações sociais e o desejo de embranquecimento ou assimilação cultural.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

explícitas, gerando impactos negativos para determinados grupos. Nas RI, isso se evidencia na exclusividade de perspectivas eurocêntricas, práticas aparentemente neutras que acabam perpetuando desigualdades históricas, tornando desnecessário o questionamento sobre o preconceito individual, pois os dados e estatísticas falam por si.

> Em um país como o Brasil onde mais da metade da população é de pessoas negras, mas, ainda assim, são minorias em espaços públicos e privados, é possível afirmar que a discriminação institucional é parte do projeto de país ao qual pertencemos. (Lima, 2023, p. 160)

O racismo, portanto, sustenta a posição privilegiada de pessoas brancas em todos os segmentos sociais sob o disfarce da meritocracia e do neoliberalismo,

> Vemos que o silêncio sustentado pela branquitude pode ganhar outros signos, exatamente para manter a aparência de que tudo ocorre como deve ocorrer: temos aí a democracia, a meritocracia, a cordialidade, o ideal de embranquecimento, o neoliberalismo e o conceito de “ignorância branca”; mas as estruturas sociais gritam o que se tenta calar: de cima à baixo, há estrutura e colunas racistas que sustentam a posição privilegiada de pessoas brancas em quaisquer segmentos da sociedade. (Ribeiro *apud* Bento, 2022, p. 304)

O segundo elemento é o pacto narcísico da branquitude, que "expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo" (Bento, 2022, p. 25). Esse pacto atua para apagar os atos desumanos do passado escravocrata, garantindo que as gerações brancas continuem a usufruir de "lugares de poder simbólicos e concretos" (Ribeiro *apud* Bento, 2022, p. 304). A reformulação da narrativa histórica ameniza os impactos e retira a responsabilidade de certos grupos (Lima, 2023), facilitando a disseminação do discurso meritocrático como justificativa para a manutenção das desigualdades.

Conclui-se que a branquitude ocupa o centro da ideia de humanidade, sendo associada ao próprio ideal de ser. É o espaço social reservado àqueles que são reconhecidos como sujeitos legítimos do conhecimento, aqueles autorizados a escrever a história, formular teorias, criar leis, julgar e liderar a partir de sua própria perspectiva (Fanon, 2008; Cardoso, 2014; Silva, D., 2019). É um lugar de poder consolidado pela expansão colonial europeia e perpetuado pelo capitalismo racial. De acordo com Bento (2022, p. 40), essa é "uma sociedade que se alimenta do lucro e do preconceito racial vendido como liberalismo meritocrático", ademais, Karine observa que:

> A racialidade branca passa a determinar os modos de estar no mundo e de vê-lo. O grupo que domina e se constrói como norma se apropria simbolicamente dessa performance para conquistar e legitimar sua

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

> supremacia econômica, política e social. Consequentemente, há um investimento, consciente ou não, na encenação de um negro-problemático, responsável pela sua própria discriminação, por desvantagens socioeconômicas e dificuldades de acesso a direitos e posições mais dignas na estrutura social. (Silva, 2023, p. 21)

Assim, a brancura do corpo não é apenas cor, é código. Marca inscrita que define quem pode ser visto como sujeito pleno, enquanto transforma outros corpos em alvos de controle e exclusão. O corpo branco, assim, se torna o padrão que organiza o privilégio, a legitimidade e o poder (Silva, 2023). É justamente a partir dessa lógica que se compreende o lugar ocupado pelas mulheres negras: seus corpos, distantes do padrão de brancura que sustenta a ideia de humanidade universal, são historicamente marcados pela negação de valor, racionalidade e competência.

Como afirma Lélia Gonzalez (1988), a mulher negra é produto e resistência de uma estrutura colonial que hierarquiza corpos e saberes, sendo constantemente deslocada para as margens da representação social. Sueli Carneiro (2003) reforça que essa exclusão é resultado da articulação entre racismo e sexismo, que desumaniza a mulher negra ao mesmo tempo em que sustenta a branquitude como referência de poder e legitimidade. bell hooks (1984) e Angela Davis (2016) complementam que essa desautorização simbólica se materializa na ausência de mulheres negras nos espaços de decisão e na desvalorização de suas vozes nos feminismos hegemônicos e nas Ciências Sociais. Adotando uma abordagem interseccional, Bento (2022) reconhece que a branquitude está indissociavelmente ligada ao sexismo, à xenofobia e a outras formas de controle social autoritário, mostrando como esses diferentes sistemas de opressão se cruzam e se reforçam mutuamente.

Portanto, compreender a experiência das mulheres negras nas Relações Internacionais é desafiar a branquitude como estrutura epistemológica e política, inscrevendo novos sentidos de poder, saber e existência.

2.4 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SILENCIAMENTO: O EPISTEMICÍDIO SOB UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Kimberlé Crenshaw em suas palestras, utiliza uma metáfora para entendermos o que é a interseccionalidade: se você está de pé no cruzamento, pode ser atingido de várias direções, isto é, as opressões não atuam isoladamente.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Gênero, raça, classe, sexualidade e outras categorias sociais interagem de formas que moldam experiências únicas de exclusão e privilégio. Segundo Crenshaw, essa ferramenta analítica permite enxergar a

> [...] colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso dos feminismos ao contemplar as mulheres negras, já que reproduz o racismo. Igualmente o movimeto negro falha pelo carater machista, oferece ferramentas metodologicas reservadas às experiencias apenas do homem negro. (Akotirene *apud* Crenshaw, 2022, p.19)

O instrumento analítico proposto pela autora é capaz de "capturar as consequências estruturais e dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos de subordinação" (Crenshaw, 2002, p. 177). Logo, a encruzilhada discursiva demonstra sob quais condições de cruzamento entre capitalismo, heteropatriarcado, racismo, xenofobias, e inúmeras tecnologias de opressão acontecem um fluxo onde a identidade acaba sendo alvejada pelo dinamismo dessas estruturas.

Nas Relações Internacionais, essa abordagem revela como diferentes formas de opressão estão entrelaçadas na constituição das hierarquias globais e nas experiências concretas dos sujeitos nas margens do sistema internacional. Segundo, Hermes Moreira Jr. (2012), a disciplina tradicionalmente naturalizou a conformação da ordem política internacional e minimizou o papel das disputas entre as forças sociais na constituição das Relações Internacionais. Esse viés favorece a manutenção da hegemonia das grandes potências e a conservação do status quo, reforçando a ideia de que a produção teórica deve servir a determinados interesses políticos e econômicos (Moreira Jr, 2012).

Sendo assim, a estrutura elitizada do campo também se reflete no acesso ao conhecimento e na formulação de políticas internacionais. Instituições acadêmicas de prestígio, majoritariamente situadas em países desenvolvidos, continuam a definir os parâmetros da pesquisa em RI, enquanto vozes do Sul Global frequentemente enfrentam barreiras para terem reconhecimento e legitimação. Portanto, há uma "cumplicidade das Relações Internacionais com o projeto colonial focando nos epistemicídios silenciados e produzidos pela disciplina" (Fernández, 2019, p. 458).

Como aponta Walter Mignolo (2003), essa dinâmica está ancorada na colonialidade do saber, que estabelece uma hierarquia epistêmica em que o conhecimento produzido nos centros hegemônicos é considerado legítimo, enquanto outras formas de saber são sistematicamente desqualificadas.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

> [...] uma metáfora para descrever a colonialidade do poder, na perspectiva da subalternidade. Da perspectiva epistemológica, o saber e as histórias locais europeias foram vistos como projetos globais [...], narrada de uma perspectiva que situa a Europa como ponto de referência e de chegada (Mignolo, 2003, p. 41).

A problemática prioriza os interesses das grandes potências e marginaliza perspectivas teóricas e empíricas alternativas. Nesse sentido, o apagamento sistemático de formas alternativas de pensar o mundo constitui o que Boaventura de Sousa Santos (1998) denomina epistemicídio, um "processo político-cultural através do qual se mata ou destrói o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados, como forma de manter ou aprofundar essa subordinação" (Santos, 1998, p. 208), ou seja, o assassinato simbólico de outros modos de pensar, de narrar, ver e interpretar o mundo, é o silenciamento da produção de conhecimento que vem das populações negras, indígenas e periféricas.

Por conseguinte, a categoria do epistemicídio anula a possibilidade de coexistência e diversidade, impondo uma visão de mundo como a única e verdadeira, pois estabelece o domínio de uma única cultura que, ao definir por si mesma o que é válido e legítimo, se declara superior às demais. Segundo Carneiro (2005), não é possível desqualificar o conhecimento de um povo sem também desqualificá-lo como sujeito capaz de pensar, o que mutila sua racionalidade e capacidade de aprender:

> Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento "legítimo" ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender, etc. (Carneiro, 2005, p. 97)

Dessa forma, o epistemicídio na realidade racial brasileira, atua de duas formas principais: ele descredibiliza o conhecimento e a inteligência de pessoas negras, ao mesmo tempo que as força a se conformar com a cultura branca, mantendo-as em uma posição de inferioridade. Em coerência com a crítica ao epistemicídio, a filósofa Grada Kilomba, em sua obra "Memórias da plantação", argumenta que o conhecimento negro e, em especial, o saber produzido pelas

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

mulheres negras demanda uma reafirmação contínua, uma vez que é sistematicamente deslegitimado pelas estruturas de poder hegemônicas. Ela denuncia como o conhecimento negro precisa muitas vezes performar para existir e como todo conhecimento que não é produzido no ambiente acadêmico europeu é constantemente deslegitimado, visto como algo não essencial, como não produção acadêmica e por ser visto dessa forma, é tratado com desdém (Kilomba, 2008).

Nas RI o epistemicídio não é neutro, haja vista marcadores de raça, gênero e classe. A interseccionalidade, permite compreender como múltiplas opressões se sobrepõem para excluir determinados sujeitos, como as mulheres negras, da produção e da legitimação do conhecimento. Nesse sentido, Sueli Carneiro (2005) denuncia a exclusão histórica das mulheres negras dos espaços de formulação política e intelectual, compreendendo o racismo como um mecanismo de epistemicídio seletivo, que opera não apenas sobre corpos, mas também sobre ideias.

Mesmo as críticas feministas às Relações Internacionais, como as de Cynthia Enloe (1998), ao questionarem a divisão entre o pessoal e o político, ainda tendem a reproduzir um viés eurocêntrico, ao negligenciar o recorte racial. Lélia Gonzalez (1988), ao propor a amefricanidade como um paradigma de resistência intelectual, oferece uma chave analítica indispensável para pensar as relações internacionais a partir das margens e das experiências das mulheres negras latino-americanas. Assim, é possível compreender que o epistemicídio nas RI é também um epistemicídio interseccional, pois silencia especialmente aquelas vozes que estão na confluência entre raça, gênero e classe, como é o caso das mulheres negras brasileiras.

Portanto, quando nos referimos ao termo “epistemicídio interseccional” para descrever a dinâmica estruturante da produção e validação de conhecimento no campo das Relações Internacionais, podemos defini-lo como o processo acadêmico, político-cultural e simbólico que promove o apagamento, desqualificação e destruição sistemática do conhecimento produzido por grupos sociais que se encontram na confluência de múltiplas opressões (raça, gênero, classe, etc.) do campo internacional. Tal ferramenta analítica permite enxergar a colisão das estruturas de dominação (capitalismo, heteropatriarcado, racismo, xenofobias)

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

resultando no assassinato simbólico de modos de pensar, narrar e interpretar o mundo.

A produção do conhecimento que emerge fora das estruturas hegemônicas da branquitude e do eurocentrismo não pode ser vista como periférica ou dependente de validação. O saber advindo das populações negras, indígenas e periféricas constitui uma epistemologia da resistência que precede a organização colonial do saber e, portanto, não está em posição de "pedir licença" para existir. Reconhecer essa agência epistemológica implica em desnaturalizar a monocultura do saber imposta, afirmando a legitimidade e a anterioridade de outras formas de conhecimento que desafiam o epistemicídio e buscam a reparação histórica no campo acadêmico e político.

2.5 CONCLUSÕES PARCIAIS

Este capítulo demonstrou que as Relações Internacionais (RI) foram historicamente estruturadas a partir de três pilares que se reforçam mutuamente: a branquitude, o patriarcado e o capitalismo. E, que, na interseção desses vetores, opera um processo de epistemicídio interseccional, manifestado em três dimensões centrais: raça, gênero e classe. Sueli Carneiro (2005) acrescenta que ele desqualifica o conhecimento e a inteligência de pessoas negras, ao mesmo tempo em que as força a se conformar à cultura branca.

> A disciplina das Relações Internacionais foi cúmplice do epistemicídio colonial na medida em que, a despeito da sua suposta cientificidade, foi forjada a partir de mitos e categorias analíticas que naturalizaram e continuam naturalizando o percurso trilhado pelo mundo da supremacia branca, reproduzindo suas ontologias, epistemologias e privilégios. (Fernández, 2019, p. 480)

Por conseguinte, as bases do campo e a própria percepção do campo é marcada por esse epistemicídio interseccional. A branquitude impõe hierarquias epistêmicas que naturalizam o saber euro-ocidental como universal, deslegitimando epistemologias negras, indígenas e periféricas. O patriarcado cis-heteronormativo valida apenas determinadas experiências de gênero, silenciando corpos e narrativas dissidentes. E o capitalismo racializou a divisão do trabalho, colocando as mulheres negras na base das cadeias produtivas e submetendo-as a condições de exclusão econômica e social.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Na dimensão racial, evidenciou-se como o epistemicídio desqualifica o conhecimento produzido por sujeitos racializados, relegando-os a uma posição subalterna tanto na academia quanto nas arenas de formulação de políticas internacionais. Na dimensão de gênero, mostrou-se que o feminismo hegemônico nas RI, ainda que tenha ampliado a atenção ao “pessoal como político”, frequentemente reproduz um viés eurocêntrico que invisibiliza as especificidades vividas pelas mulheres negras. E, na dimensão de classe, ficou claro que a lógica capitalista reforça desigualdades estruturais, ao segmentar o mercado de trabalho segundo marcadores raciais e de gênero, penalizando especialmente aquelas que se encontram na confluência desses eixos.

Esses pilares se interseccionam para afetar especialmente as mulheres negras, que vivenciam e compreendem profundamente a interação dos sistemas de dominação de gênero e raça. Conforme Lélia Gonzalez (1980, p. 58), as mulheres negras enfrentam uma "tripla discriminação" por sua raça, classe e sexo, o que as coloca no nível mais alto de opressão. Isto é, além de serem vítimas de um apagamento epistemológico que de suas vozes, saberes e memórias, também, são destinatárias de violências simbólicas e materiais que sustentam as hierarquias internacionais. Essa realidade se reflete no mercado de trabalho, onde elas estão em ocupações mais precarizadas e com os menores salários, evidenciando que a divisão racial do trabalho funciona como um mecanismo de intensificação da exploração do trabalho na sociedade capitalista. O sistema capitalista se beneficia ao manter as mulheres negras em uma posição de subalternidade.

Assim sendo, no que se refere ao mercado de trabalho, Akotirene (2022) destaca os limites da jurisdição estatal em reconhecer e proteger adequadamente a participação de mulheres e pessoas negras, evidenciando as barreiras estruturais que dificultam seu acesso e permanência em espaços historicamente elitizados. “A classe trabalhadora dirige-se a nós por não sermos capitalistas, o cruzamento do racismo e sexismo geram vulnerabilidades e ausência de seguridade social para mulheres negras” (Akotirene, 2022, p. 63), reforçando a lógica de subalternização.

A baixa presença de pessoas negras em espaços de poder, como o Ministério das Relações Exteriores (MRE), não costuma causar incômodo ou surpresa em pessoas brancas (Ribeiro, 2019). O MRE é historicamente marcado por elitismo e

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

reprodução de padrões eurocêntricos e masculinos, o que resulta em uma presença significativamente reduzida de mulheres negras.

Se a dupla condição de ser mulher e negra impõe barreiras no mercado de trabalho em geral, como apontado por Akotirene (2022), é provável que no MRE, um espaço historicamente marcado por hierarquias e representações específicas, essas intersecções geram obstáculos adicionais. A vulnerabilidade à colisão de estruturas e fluxos modernos, mencionada pela autora, pode se manifestar na dificuldade de ascensão profissional, na sub-representação em cargos de liderança e na potencial invisibilidade de suas experiências e perspectivas em um ambiente onde as dinâmicas de poder podem ser particularmente sensíveis a marcadores identitários.

Posto isto, percebe-se que a área das RI se configura nessa base classista, machista e racista e se transfere para a própria percepção de quem é o sujeito que pode atuar nesse campo, portanto, quem é o sujeito que pode lidar com a política internacional, quais os corpos avalizados a exercerem o internacional, como exemplo qual o sujeito que pode atuar no MRE.

Diante disso, compreender a atuação da interseccionalidade no contexto do MRE é, portanto, essencial para promover uma política externa mais igualitária e que se encaixe no contexto brasileiro. No próximo capítulo, investigaremos como essas intersecções de raça, gênero e classe moldam a trajetória e a representatividade das mulheres negras na política externa brasileira, revelando os mecanismos de resistência e as potencialidades para transformações estruturais.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

3. MRE E REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NA DIPLOMACIA

Vimos como as Relações Internacionais se constituíram historicamente como um campo marcado pela tríade branquitude, patriarcado e capitalismo, resultando no que chamamos de epistemicídio interseccional. Essa lógica estrutural também se reproduz e materializa no cenário brasileiro, especialmente no Ministério das Relações Exteriores (MRE), instituição símbolo da diplomacia nacional. A história do Itamaraty revela não apenas a seletividade social, racial e de gênero no acesso ao corpo diplomático, mas também a perpetuação de uma ideia de neutralidade universal que, na prática, excluiu mulheres e, sobretudo, mulheres negras. Este capítulo busca, portanto, analisar como a ausência do protagonismo feminino negro na diplomacia brasileira reflete as barreiras estruturais do campo das RI no país, discutindo tanto a dimensão histórica dessa exclusão quanto as resistências e trajetórias de mulheres negras que vêm tensionando esse espaço.

3.1 HISTÓRIA DO MRE - UM EXEMPLO DO EPISTEMICÍDIO INTERSECCIONAL NAS RI BRASILEIRA

A trajetória do Ministério das Relações Exteriores reflete o caráter elitizado e excludente das Relações Internacionais no Brasil. Construído como um espaço de prestígio social e intelectual, o Itamaraty foi consolidado como um “templo” da diplomacia, marcado pela predominância de homens brancos oriundos das classes mais altas. Essa seletividade, cunhada por um pacto narcísico, não apenas restringiu o acesso ao corpo diplomático, mas também reforçou um processo de epistemicídio interseccional, apagando a possibilidade de outras perspectivas, sobretudo femininas e negras, participarem da formulação da política externa brasileira.

Em seus primórdios, durante a Primeira República, os presidentes brasileiros precisavam de um corpo diplomático forte para resolver as importantes disputas de fronteira da época. Por isso, eles recorreram à elite que já cuidava da política externa no período imperial. Entre esses, o Barão do Rio Branco teve um papel crucial (Loureiro *et al.*, 2010). Assim, em um país controlado por oligarquias, Rio Branco sabia que a sua posição e a de sua equipe eram instáveis e para garantir a solidez da diplomacia, ele trabalhou para que ela se tornasse uma estrutura

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

permanente de Estado. Após sua morte, esse processo continuou, e na década de 1920, o diplomata Maurício Nabuco liderou a consolidação do Itamaraty como uma burocracia weberiana, ou seja, uma instituição com regras claras, meritocrática e profissional (Loureiro *et al.*, 2010).

Acerca disso, por muito tempo o Itamaraty foi um ambiente majoritariamente composto por homens brancos, jovens, heterossexuais ou aqueles que mantinham sua homossexualidade de forma discreta (Globo, 2018). Seguindo a visão do Embaixador Marcos Azambuja, a instituição se consolidou como uma "elite da elite". Isso se deu tanto pelo recrutamento personalista, vigente até a década de 1930, que valorizava o capital cultural e social dos candidatos, quanto pelo recrutamento racional, após a adoção do concurso público. Mesmo com a mudança para o concurso, a diplomacia brasileira continuou a refletir sua elite: homens brancos, da Zona Sul do Rio de Janeiro, com uma sociabilidade moldada em colégios tradicionais e experiências no exterior (Globo, 2018). Nas palavras do Embaixador Marcos Azambuja, verifica-se como era a práxis da profissão:

> Integrávamos uma elite, uma comunidade global que compartilhava estilos e práticas. Essa *crème de la crème* internacional se entendia em francês, a língua diplomática *par excellence*. Compreende-se esse tribalismo elitista. Era prático que agissem todos sob um mesmo código e que, literal e metaforicamente, falassem a mesma língua [...] O Itamaraty era então – e sobretudo – a Casa da elite. Diria mais: era o lugar que reunia a elite da elite, e sua legitimação derivada de se perceber e de ser percebida como núcleo de qualidade e excelência. Com a criação do Instituto Rio Branco, deixou de ser uma Casa de elite por seleção aristocrática para ser também uma Casa de elite por seleção intelectual. O conceito de elite não só permaneceu como robusteceu [...] (Globo, 2018, p. 441 *apud* Azambuja, 2011)

Diante do descrito acima percebe-se que no início da República, tornar-se diplomata ia muito além de ter formação e contatos sociais, pois a seleção também levava em conta aspectos como a cor da pele e a aparência física, privilegiando candidatos que se encaixam nos padrões europeus de corpo e comportamento. Nesse sentido, o "templo" que era essa instituição não apenas excluiu, mas também impôs um "mesmo código" e "mesma língua" (literal e metaforicamente), um único padrão de pensamento, comportamento e sociabilidade. Dessa forma, o Itamaraty se consolidava como um espaço reservado às elites brancas e próximas ao poder, onde a “boa aparência” e a naturalização da cultura dominante eram requisitos implícitos para o ingresso e a ascensão na carreira (Globo, 2018; Alonso, 2007;

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Gouvêa, 1976; Azambuja, 2011; Amaral, 1947; Lima, 1937). Isso ilustra de forma muito concreta a materialização da branquitude.

As solidariedades raciais se manifestam e se consolidam no âmbito das instituições, vistas como verdadeiras arenas de disputa por poder. Isso se dá tanto por meio de práticas tácitas voltadas à preservação e defesa dos grupos hegemônicos, quanto pela imposição de sanções àqueles que são percebidos como desafiadores do *status quo* (Silva, 2023). A predominância de indivíduos brancos nesses espaços institucionais é a causa direta da disparidade de raça e gênero, assim como da sub-representação e do genocídio das populações negras e indígenas (Bento, 2022).

Percebe-se então que o patriarcado e a branquitude estruturaram a formação do corpo diplomático e a cultura institucional do Itamaraty. Desse modo, o elitismo do MRE pode estar ligado às teorias de superioridade racial desenvolvidas pelo racismo científico do século XIX que marcaram profundamente os corpos e moldaram as estruturas sociopolíticas e econômicas dos Estados nacionais e do sistema internacional. Nesses contextos, consolidou-se um aparato de legitimação sustentado por dispositivos simbólicos e materiais de discriminação e privilégio, que conferem à branquitude o papel de modelo idealizado e, simultaneamente, de força motriz do poder que atravessa e organiza o tecido social (Silva, 2023).

Nessa direção, Cida Bento (2020, p. 18) argumenta que esses pactos mencionados anteriormente nas seções anteriores, carregam um forte componente de narcisismo e autopreservação. Segundo a autora, eles se baseiam na percepção de que o "diferente" ameaça o que é considerado "normal" ou "universal". Tal sentimento de pavor e medo está no cerne do preconceito, determinando tanto as representações do "outro" quanto a forma como a sociedade reage a essa alteridade (Bento, 2020). Essa seletividade e o "pacto narcísico" apagaram ou impediram a ascensão de outras perspectivas, sobretudo femininas e negras, o que teria enriquecido a formulação da política externa brasileira. O epistemicídio se consuma quando o conhecimento e as vivências dessas populações são considerados irrelevantes para a diplomacia.

Podemos constatar também, que a Neutralidade e universalidade na diplomacia é algo a ser discutido. Para isso, Isabel Cafezeiro (2025) sintetiza esses dois conceitos,

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

> Neutralidade e universalidade fornecem o fundamento para o estabelecimento de uma ciência autoritária ao ocultar as dinâmicas da vida. Neutralidade significa que o corpo de conhecimentos não carrega traços do lugar ou tempo em que foi enunciado, ou seja, esconde o contexto colonialista no qual se deu a enunciação. Universalidade significa que o corpo de conhecimentos vale em qualquer lugar, em qualquer tempo, ou seja, transfere para adiante as mesmas práticas de violência e opressão herdadas do empreendimento colonialista e ressignificadas. (Cafezeiro, 2025, p.16)

Dessa forma, essa formulação é central para entender o epistemicídio interseccional materializado no Itamaraty, haja vista que a ideia de neutralidade, quando direcionada a diplomacia, evidencia a invisibilização do contexto elitista e branco no qual a instituição foi consolidada. Ao alegar que o corpo de conhecimentos da diplomacia não carrega traços do lugar ou tempo em que foi enunciado, ocultou-se a seletividade social, racial e de gênero no acesso ao corpo diplomático. Por sua vez, a universalidade transferiu "para adiante as mesmas práticas de violência e opressão" (Cafezeiro, 2025, p.16), garantindo que o conceito de elite não só permanecesse como fortalecesse.

Como exemplo, Maria José de Castro Rebello Mendes, que em 1918, tornar-se-ia a primeira mulher a ingressar no Itamaraty, amparada no artigo 197 da Constituição de 1891. Apesar disso, enfrentou forte resistência de discursos antifeministas que negavam às mulheres o direito de ocupar cargos públicos, alegando que o termo “brasileiros” não as incluía. Entre 1919 e 1938, apenas 18 mulheres conseguiram entrar na instituição, até que a reforma Graça Aranha proibiu expressamente sua participação nos concursos. Essa restrição só foi revertida em 1954, após anos de luta jurídica e mobilização feminina. (Globo, 2018). Ao mais tardar, temos em 1980 a primeira diplomata negra, Mônica de Veyrac, assim, entrada tardia das mulheres e das mulheres negras no Instituto Rio Branco, reforçando o caráter excludente histórico.

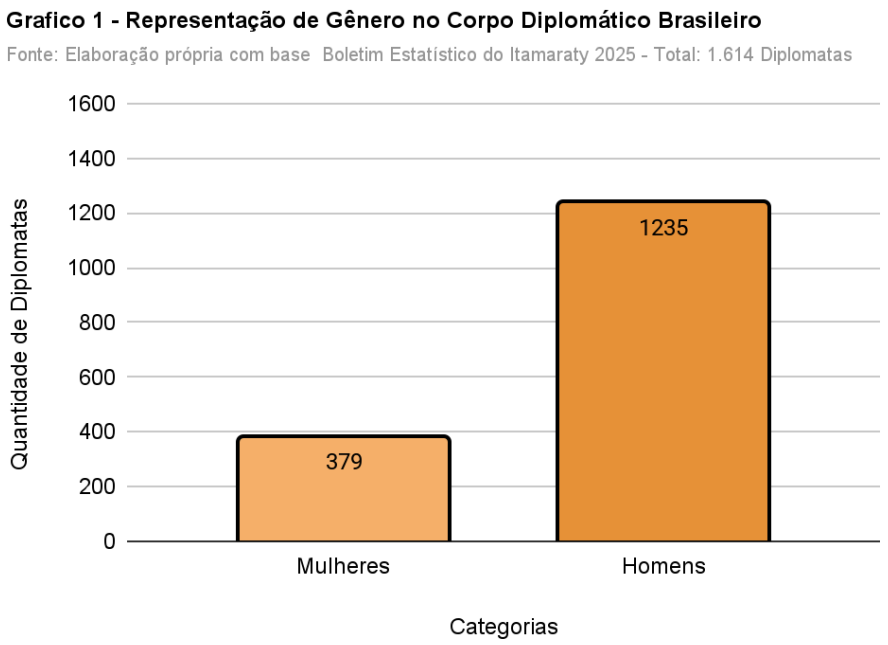
Logo, podemos perceber como a “meritocracia” do Itamaraty é um mito sustentado por privilégios herdados. Portanto, epistemicídio interseccional presente no campo das Relações Internacionais também se manifesta no Itamaraty, por meio da negação sistemática das perspectivas femininas e negras como legítimas no processo de formulação da política externa. Essa herança histórica sustenta as atuais barreiras de acesso e reconhecimento para mulheres negras na diplomacia brasileira, tema que será aprofundado na próxima seção.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

3.2 MULHERES NEGRAS NAS RI BRASILEIRAS E REPRESENTATIVIDADE NO MRE

Como observamos na seção anterior, a história do Itamaraty, marcada pela branquitude, patriarcado, capitalismo e pelo ideário de neutralidade que oculta o viés, traduz-se em um cenário de exacerbada sub-representação na contemporaneidade. Dados do boletim estatístico do Itamaraty de 2025 mostram que atualmente, dos 1.614 diplomatas, 379 são mulheres representando apenas cerca de 23% do corpo diplomático brasileiro, com a presença se tornando ainda mais escassa nos postos mais altos da hierarquia.

Gráfico 1- Representação de Gênero no Corpo Diplomático Brasileiro

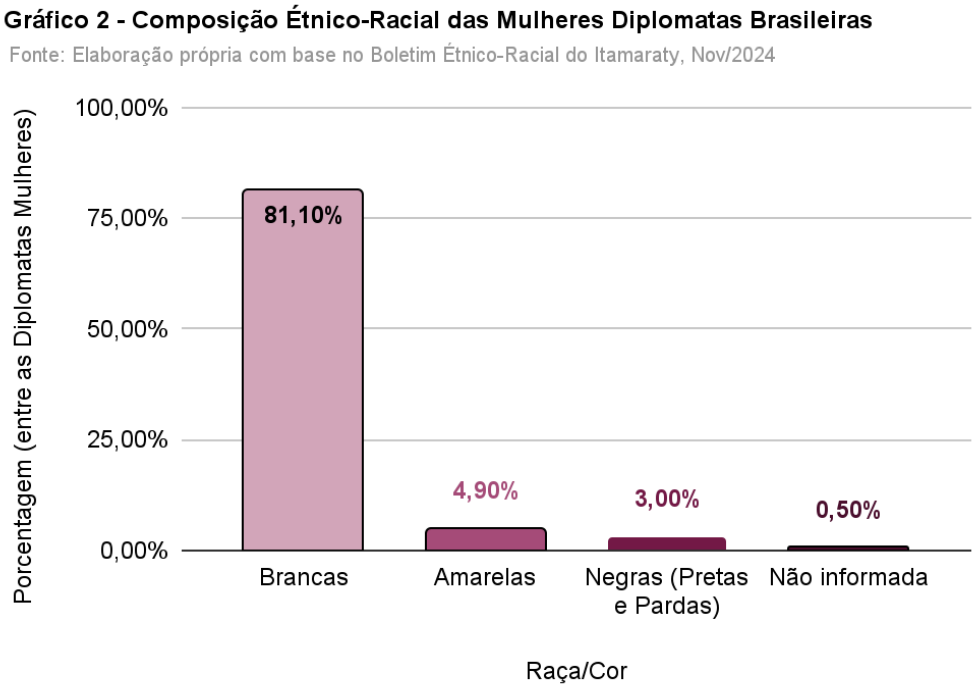


Fonte: Elaboração Própria com base no Boletim Estatístico do Itamaraty 2025.

No recorte racial, pelo Boletim Étnico-Racial do Itamaraty (novembro de 2024), a desigualdade se aprofunda, das 366 mulheres diplomatas, 81,1% se declararam brancas, 4,9% amarelas, 2 não informaram raça, e as mulheres negras (pretas e pardas) compõem aproximadamente apenas 3% do corpo diplomático.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Gráfico 2 – Composição Étnico-Racial das Mulheres Diplomatas Brasileiras

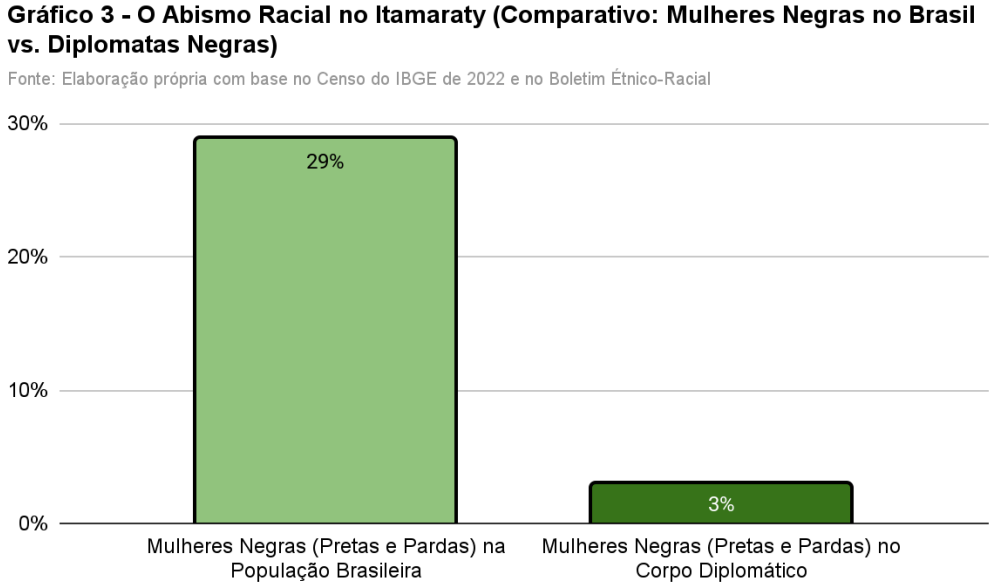


Fonte: Elaboração própria com base no Boletim Étinico- Racial do Itamaraty, Nov/2024.

Tais números demonstram de forma inequívoca que o MRE (Ministério das Relações Exteriores) ainda está distante de refletir a composição étnico-racial da população brasileira, onde pretos e pardos somam mais de 55%. É fundamental ressaltar que, dentro desse contingente majoritário, as mulheres negras (pretas e pardas) constituem o maior grupo populacional, totalizando mais de 57 milhões de indivíduos (equivalente a aproximadamente 29% da população brasileira), conforme dados do Censo Demográfico 2022. Ou seja, embora as mulheres negras representem a maior parcela entre as mulheres brasileiras, elas continuam dramaticamente sub-representadas em espaços de poder e formulação de política externa, como o Itamaraty. Essa disparidade alarmante confirma que o sistema de seleção, mesmo após o concurso público, continua a privilegiar um perfil específico e a perpetuar ativamente as barreiras estruturais e a branquitude que marcam o campo das Relações Internacionais.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Gráfico 3 – O Abismo Racial no Itamaraty (Comparativo: Mulheres Negras no Brasil vs. Diplomatas Negras)



Fonte: Elaboração própria com base no Censo do IBGE de 2022 e no Boletim Étinico- Racial do Itamaraty, Nov/2024.

Se a análise dos dados demonstra o impacto direto do epistemicídio interseccional na sub-representação feminina negra no corpo diplomático, é imperativo que a discussão sobre o fazer das relações internacionais vá além dos limites desta burocracia. Como afirma Sueli Carneiro (2005, p. 97), ‘‘o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender’’. Um processo que, ao anular a capacidade de produção de saber dentro das instituições hegemônicas, força a emergência desse conhecimento em outros locais.

Diante disso, as barreiras estruturais que impedem o acesso e a ascensão no Itamaraty não significam que as mulheres negras estejam ausentes do debate e da prática das RIs no país. Pelo contrário, a busca por protagonismo feminino negro na política externa e na academia, frequentemente marginalizada pela perspectiva hegemônica do campo, se manifesta em outros espaços. Dessa forma, a seção seguinte se propõe a rastrear: Onde estão as mulheres negras no fazer relações internacionais?

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

3.3 ONDE ESTÃO AS MULHERES NEGRAS NO FAZER RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

Questionar onde estão as mulheres negras no fazer das Relações Internacionais é, antes de tudo, questionar o que se entende por “fazer Relações Internacionais”. Essa pergunta desloca o olhar do campo institucionalizado majoritariamente branco, masculino e elitista para outras formas de atuação e produção do internacional que, embora reais e potentes, foram sistematicamente deslegitimadas pelo epistemicídio interseccional. Como ressalta Sueli Carneiro (2005, p. 97), o epistemicídio é “para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural”, mecanismo que retira o direito de existir enquanto produtor de conhecimento legítimo. Essa anulação simbólica atravessa as Relações Internacionais brasileiras, nas quais o “internacional” é concebido apenas a partir da ótica estatal e da branquitude que o sustenta.

O campo das Relações Internacionais, construído sob bases eurocêntricas, definiu como “fazer internacional” apenas aquilo que se relaciona ao Estado, à diplomacia oficial ou às organizações multilaterais. Cynthia Enloe (2014) critica o campo das Relações Internacionais justamente por focar nessas questões acima, ao cunhar a frase "o internacional é pessoal", a autora expande a máxima feminista "o pessoal é político", argumentando que as dinâmicas globais não se limitam às decisões de líderes, mas atravessam e são sustentadas pelas experiências cotidianas das pessoas. Questões como trabalho doméstico, sexualidade e papéis de gênero são, na verdade, estruturantes das hierarquias e práticas internacionais e para isso seria necessário tornar as mulheres visíveis para analisar a política internacional:

> Levar a sério a afirmação de que “o internacional é pessoal” significa que as mulheres — em toda a sua diversidade — devem ser tornadas visíveis, analiticamente visíveis, em nossas investigações de cada uma dessas organizações e nas relações entre elas. Se é verdade que as relações cooperativas e hostis entre governos, corporações e organizações internacionais dependem de construções das mulheres como símbolos, mulheres como provedoras de apoio emocional, mulheres como trabalhadoras não remuneradas e mal remuneradas, mulheres como eleitoras e mulheres como participantes simbólicas, então não faz sentido

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

> continuar analisando a política internacional como se as mulheres fossem uma mera reflexão tardia. (Enloe, 2014, p. 354)[3]

Contudo, quando essa lente é racializada, percebemos que as mulheres negras sequer figuram como “bastidoras”: elas são frequentemente apagadas da narrativa do fazer internacional, mesmo quando constroem pontes, solidariedades e diálogos transnacionais. Ao ampliarmos a compreensão do internacional, percebemos que mulheres negras já vêm praticando Relações Internacionais e articulando o global e o local muito antes de serem reconhecidas pelo Estado, mas essa agência é sistematicamente negada. Lélia Gonzalez critica duramente essa estrutura de poder, afirmando:

> Do mesmo modo, nós, mulheres não brancas, somos convocadas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. ao nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história. (Gonzalez, 1988, p.141)

Essa negação da humanidade e da capacidade histórica, essencial para a manutenção da hierarquia racial e de gênero, reforça a urgência de uma perspectiva decolonial. Gonzalez (1988) propõe a amefricanidade como uma categoria analítica indispensável, articulando raça, gênero e colonialidade, ao utilizar desse viés pode-se pensar nas relações internacionais desde as margens e das experiências das mulheres negras latino-americanas, rompendo com os parâmetros eurocêntricos da disciplina.

Sendo assim, ao analisar o ativismo das mulheres negras, Patricia Hill Collins (2000) enfatiza que a autodefinição, a autovalorização e a busca por autonomia são dimensões centrais da visão de mundo dessas mulheres, moldadas pelas lutas pela sobrevivência e pela resistência às múltiplas formas de opressão. A autora argumenta que a dominação opera em diferentes domínios — estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal — diante dos quais as mulheres negras desenvolvem força e estratégias de enfrentamento (Collins, 2000).

---

[3] Tradução própria do original: “Taking seriously the assertion that “the international is per- sonal” means that women—in all their diversity—must be made visible, analytically visible, in our investigations of every one of these organizations, and in the relationships between these organizations. If it is true that cooperative as well as hostile relations between governments, corporations, and international organiza- tions rely on constructions of women as symbols, women as pro- viders of emotional support, women as both unpaid and low- paid workers, women as voters, and women as token participants, then it does not make sense to continue analyzing international politics as if women were a mere afterthought.”

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Ao passo que esse ativismo se manifesta tanto na luta pela sobrevivência do grupo quanto na transformação das instituições, configurando uma prática política que combina resistência cotidiana e ação coletiva. Nesse processo, “Identidade não é o objetivo, mas o ponto de partida no processo da autodefinição” (Collins, 2000, p. 225), a autodefinição, compreendida não como um fim, mas como ponto de partida para a emancipação, permite que as mulheres negras recusem o controle externo de suas identidades e construam formas próprias de agência e empoderamento. Assim, quando mulheres negras brasileiras articulam redes de solidariedade com movimentos afro-feministas latino-americanos, participam de conferências internacionais ou atuam em organismos multilaterais, exercem uma prática política que amplia o significado de fazer Relações Internacionais, mesmo sem o reconhecimento institucional.

Ademais, o pensamento e a militância de Beatriz Nascimento nos ajudam a pensar uma dimensão internacionalista. Para ela, o quilombo não era apenas uma categoria histórica, mas um conceito político e geográfico de resistência e liberdade, que conecta a África, o Brasil e a diáspora negra (Nascimento, 1989). Em sua obra[4] e trajetória, Nascimento concebe o corpo negro e o território quilombola como espaços de circulação de saberes, afetos e alianças, formas de resistência que extrapolam fronteiras nacionais e reconfiguram o sentido de pertencimento transatlântico. O quilombo, portanto, é uma metáfora potente para pensar o internacional negro, que se constrói a partir de laços de solidariedade e não de relações hierárquicas de poder.

A mesma perspectiva pode ser vista em práticas mais recentes, como a Marcha das Mulheres Negras de 2015, que reuniu mais de cinquenta mil mulheres em Brasília sob o lema “Contra o racismo e a violência e pelo bem viver”. Essa mobilização não se limitou ao território nacional: estabeleceu pontes com movimentos afro-feministas latino-americanos e africanos, participando de encontros regionais e debates na ONU sobre desenvolvimento e justiça racial. Tais ações constituem o que Françoise Vergès (2020) denomina “feminismo decolonial”, um movimento que “tenha por objetivo a destruição do racismo, do capitalismo e do imperialismo” (Vergès, 2020, p. 20), assim, rejeita a centralidade da experiência

[4] Documentário Ôrí, dirigido por Raquel Gerber, Narrado por Beatriz Nascimento contando sua história pessoal e documentando os movimentos negros brasileiros entre 1977 e 1988, além de ter o quilombo como ideia central de um continuo histórico.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

europeia e afirma a potência política das mulheres racializadas no Sul Global. Portanto, o internacionalismo negro feminino não é periférico: é fundacional para pensar uma política global antirracista e anticolonial.

Outrossim, a literatura e a arte funcionam como importantes arenas do fazer internacional negro. Obras de autoras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, ao serem traduzidas e discutidas em diversos países, contribuem para uma diplomacia cultural que subverte as hierarquias tradicionais de reconhecimento e validação do saber. Essa prática decolonial se alinha à perspectiva de Grada Kilomba (2019, p. 28), para quem "Escrever, portanto, emerge como um ato político. [...] Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta que o projeto colonial predeterminou". A escrita negra, e as manifestações artísticas em geral, constituem um ato político e uma forma de descolonizar o conhecimento, pois reconfiguram quem tem o direito de narrar o mundo. Desse modo, quando mulheres negras escrevem, dançam, cantam ou pesquisam sobre a diáspora, elas estão ativamente reescrevendo a história global a partir de um lugar de fala sistematicamente negado pelos cânones das Relações Internacionais.

Essas múltiplas expressões do fazer internacional demonstram que a ausência de mulheres negras nos espaços institucionais não equivale à ausência de protagonismo. O que existe é um não reconhecimento, um silenciamento ativo que deslegitima suas práticas. bell hooks (1995) lembra que falar como mulher negra é um ato de resistência, porque o silêncio foi historicamente imposto como forma de controle. Nas RI, esse silêncio é também epistemológico: o currículo, a bibliografia e os centros de poder da disciplina continuam a privilegiar autores brancos e teorias produzidas no Norte Global. O resultado é um campo que, como observa Boaventura de Sousa Santos (2010), vive sob o "monocultura do saber", um sistema que reconhece apenas uma forma de conhecimento e destrói todas as outras.

Quando observamos o Itamaraty e a academia de Relações Internacionais sob essa lente, percebemos que o problema não é apenas de representatividade, mas de estrutura epistemológica. As mulheres negras não estão ausentes das RI; elas estão fora do enquadramento que define o que é legítimo. Reenquadrar o internacional é, portanto, um ato de reparação epistêmica. Significa reconhecer que o internacional também é produzido por quem organiza redes de solidariedade entre

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

quilombos, por quem atua em movimentos transnacionais de mulheres negras, por quem pensa o mundo a partir das margens e por quem denuncia o racismo global.

O fazer Relações Internacionais das mulheres negras, portanto, não se torna apenas uma reivindicação de espaço, mas uma reconfiguração do próprio conceito de política internacional. Essa reconfiguração implica também novas metodologias e formas de produzir conhecimento. Conceição Evaristo (2020) propõe o conceito de *escrevivência* para expressar a escrita que nasce da experiência e da memória coletiva das mulheres negras, transformando a vivência em gesto político e epistemológico. A *escrevivência* rompe com o silenciamento histórico imposto pela colonialidade e afirma a legitimidade do saber produzido a partir do corpo, da dor e da ancestralidade (Evaristo, 2020). Aplicado às Relações Internacionais, esse princípio significa deslocar a pretensa neutralidade e objetividade da branquitude acadêmica e reconhecer o valor político das narrativas, dos afetos e das memórias compartilhadas.

Desse modo, “onde estão” as mulheres negras no fazer das Relações Internacionais? Estão em todo lugar onde se constrói resistência, diálogo e solidariedade transnacional. Estão nas universidades, nas comunidades, nas redes de cooperação entre povos afrodescendentes, nas produções culturais que circulam pelo mundo e nas práticas diplomáticas informais que aproximam continentes. Estão, sobretudo, na base de sustentação de uma política internacional que, embora negue sua autoria, não existiria sem elas.

Reconhecer essa presença é um ato de justiça epistêmica e política. Como sintetiza Molefi K. Asante (1980):

> Uma ideologia de libertação deve encontrar sua experiência em nós mesmos; ela não pode ser externa a nós e imposta por outros que não nós próprios; deve ser derivada da nossa experiência histórica e cultural particular. (Asante, 1980, p. 31)

Posto isto, ao pensamento de Lélia (1988,2020), é preciso pensar a partir de nós mesmas, de nossas vivências e de nossa amefricanidade, para reescrever a história e o mundo. Assim, o fazer Relações Internacionais das mulheres negras não é uma novidade a ser descoberta, mas uma história a ser recontada, que desafia os limites do Estado, da branquitude e do próprio campo disciplinar. A análise sobre a invisibilização das mulheres negras no fazer Relações Internacionais revela que sua ausência não é fruto do acaso, mas o resultado de uma estrutura global de poder

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

que opera pela exclusão e pela hierarquização racial do conhecimento e da representação política.

3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O percurso desenvolvido neste capítulo evidencia que a sub-representação das mulheres negras no Ministério das Relações Exteriores não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou circunstancial, mas como resultado direto de uma estrutura histórica baseada na branquitude, no patriarcado e na lógica elitista que moldou o campo das Relações Internacionais brasileiras. A análise da formação do Itamaraty demonstra que a instituição foi edificada sobre um projeto de Estado que produziu e reproduziu o epistemicídio interseccional, ao definir como legítimo apenas um tipo específico de sujeito branco, masculino e pertencente às elites socioeconômicas. Esse processo não apenas limitou o acesso ao corpo diplomático, mas também consolidou uma cultura institucional que naturaliza a exclusão e a ausência de diversidade.

Os dados recentes apresentados revelam que, apesar dos avanços pontuais, a diplomacia brasileira continua distante de refletir a composição racial e de gênero da sociedade. A baixa presença de mulheres negras no MRE, representando apenas uma fração mínima do corpo diplomático, confirma que as barreiras estruturais de acesso, permanência e ascensão seguem operando de forma contundente. Contudo, como demonstrado, essa ausência institucional não equivale à ausência de agência. Ao deslocarmos o olhar para além da diplomacia tradicional e das fronteiras rigidamente definidas pelas RI *mainstream*, torna-se evidente que mulheres negras vêm construindo práticas internacionais potentes em diversos espaços: na academia, nos movimentos sociais, na cultura, na produção de saberes e nas articulações transnacionais de resistência.

Assim, o que se observa é que o apagamento institucional não corresponde ao apagamento da atuação. Pelo contrário: mulheres negras têm produzido internacionalismo, saberes e articulações fundamentais para repensar o próprio campo das Relações Internacionais, tensionando suas bases eurocêntricas e propondo novas epistemologias, como a escrevivência de Evaristo Conceição (2020), a amefricanidade de Gonzalez (1988) e o feminismo negro transnacional.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Evidencia-se, portanto, que a ausência no MRE é parte de um projeto estrutural de poder e não reflexo de falta de protagonismo.

Estas considerações permitem compreender que a luta por representação não é apenas identitária, mas epistemológica e política. Diante disso, o capítulo seguinte, no qual a III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001) será analisada como um ponto de inflexão histórico. Durban constitui um marco de visibilidade política e de afirmação das vozes negras no cenário internacional, representando exatamente o tipo de ruptura que tensiona as estruturas discutidas neste capítulo e inaugura novas possibilidades para o protagonismo das mulheres negras na política global, configurando um momento singular de inserção dessas vozes no cenário internacional, uma ruptura simbólica com o silêncio imposto pelo epistemicídio interseccional discutido até aqui.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

4. III CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIAS CORRELATAS (2001)

Avançando a análise conceitual e contextual dos capítulos anteriores, este segmento da monografia dedica-se a examinar a III Conferência Mundial sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. A Conferência de Durban representa um divisor de águas no debate global sobre a igualdade racial, marcando o momento em que a comunidade internacional formalizou o reconhecimento da escravidão e do tráfico de escravos como crimes contra a humanidade, abrindo caminho para a discussão de reparações e ações afirmativas em escala mundial.

A estrutura deste capítulo é projetada para demonstrar como o protagonismo individual estratégico em um evento multilateral de grande porte foi capaz de influenciar os resultados globais, estabelecendo um legado que viria a informar e a fundamentar as políticas públicas e o arcabouço legal antirracismo no Brasil nos anos subsequentes.

É de suma importância ressaltar que esse capítulo também é projetado para ser um estudo de caso. Para falar de Durban utilizei exclusivamente o Livro "Combate ao Racismo", de Silvio José Albuquerque e Silva (2008), feita pela Fundação Alexandre Gusmão[5] e o Documento oficial, "A Declaração e Plano de Ação" (2001). Ao passo que para para falar de Edna Roland, utilizei uma entrevista dada pela Fundação Getúlio Vargas.[6] Citações além dessas mencionadas serão supracitadas.

4.1 A CONFERÊNCIA DE DURBAN: O CONTEXTO DA CONFERÊNCIA.

O cenário internacional do início do século XXI, marcado por profundas transformações econômicas e pela intensificação dos fluxos migratórios,

[5] A Fundação Alexandre de Gusmão, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

[6] Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS).

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

estabeleceu um contexto de crescente complexidade para o debate sobre direitos humanos e discriminação. A alta Comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas, Mary Robinson, declarou que a xenofobia, o racismo e a discriminação racial estavam terrivelmente presentes no mundo contemporâneo.

> Em sua Resolução 54/153, de 17 de dezembro de 1999, a Assembléia Geral da ONU expressou sua profunda preocupação em relação ao aumento da violência racial e xenofóbica em diversas partes do mundo, assim como sobre o número crescente de entidades criadas com base em plataformas e ideais racistas e xenofóbicos. Condenou ainda o "uso inapropriado da mídia e das novas tecnologias da comunicação escrita, áudio-visual e eletrônica, incluindo a internet, para incitar a violência motivada por ódio racial."[7] (Silva, 2008, p.93)

No final dos anos 1990 e início dos 2000, o cenário internacional que antecedeu a Conferência Mundial de Durban apresentava-se complexo e bem diferente do contexto inicial da década. Apesar do aparente consenso global contra a discriminação, as negociações preliminares revelavam uma profunda clivagem: enquanto nações do Sul Global e movimentos ativistas pressionavam pelo reconhecimento da escravidão como crime contra a humanidade e pela discussão de reparações, os países ocidentais demonstravam forte resistência, buscando limitar o debate a questões de preconceito individual e contemporâneo. Dessa forma, o debate multilateral sobre racismo e discriminação enfrentava antigos e novos obstáculos, evidenciando divergências de interesses e percepções entre os países ocidentais e a maioria das demais nações. A pouco mais de um ano da conferência, ainda predominavam incertezas sobre a capacidade da comunidade internacional, reunida na África do Sul pós-apartheid, de construir consensos e adotar medidas efetivas para promover sociedades mais democráticas, justas e comprometidas com o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e às intolerâncias associadas (Silva, 2008).

Foi nesse ambiente que se realizou a IV Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, entre 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul. Este evento não representou apenas mais um encontro multilateral da Organização das Nações Unidas (ONU), ele foi o ponto culminante de um processo iniciado nas conferências

---

[7] Cf. United Nations, General Assembly, Report of the Special Rapporteur of the Commission on Human Rights on Contemporary Forms of Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Intolerance, A/55/304, 19/8/2000, par.2. Na versão em inglês: "misuse of print, audio-visual, and electronic media and new communication technologies, including the internet, to incite violence motivated by racial hatred".

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

anteriores – 1978, 1983 e 1993 – e buscou, de forma inédita, enfrentar as manifestações contemporâneas do racismo e propor soluções efetivas, com um foco particular na reparação e prevenção.

Por conta disso, vale ressaltar uma das conferências preparatórias para a Conferência de Durban, a Conferência Regional das Américas, realizada nos dias 5 a 7 de dezembro de 2000. Neste encontro de formato inédito, contou com a presença de todos os países do continente, incluindo Canadá e Estados Unidos. Paralelamente à reunião oficial, mais de 1.700 representantes da sociedade civil participaram de eventos, sendo a delegação brasileira a segunda mais numerosa (Silva, 2008).

A Conferência culminou na adoção, por consenso, de uma Declaração e de um Plano de Ação, o documento reconheceu explicitamente que as vítimas de racismo e discriminação na região incluem povos indígenas, afrodescendentes e migrantes. A Declaração foi significativa ao vincular a marginalização e a pobreza dos afrodescendentes ao legado da escravidão e ao racismo nas Américas, além disso, abordou a necessidade de reparação às vítimas, por meio de políticas de ações afirmativas, e condenou o papel da internet na difusão de ódio racial (Silva, 2008).

O resultado prático foi a produção de um documento final equilibrado e propositivo, que alcançou avanços conceituais em vários temas, embora o Canadá e os Estados Unidos tenham feito reservas em relação a parágrafos específicos, principalmente sobre a qualificação dos atos relacionados à escravidão (Silva, 2008). A escolha de Durban, um país símbolo da superação do *apartheid*, carregou um peso simbólico e político, ao sinalizar a urgência em tratar o racismo como um problema estrutural e transnacional.

A Conferência foi estruturada em torno de duas esferas principais: o segmento intergovernamental, responsável pela negociação da Declaração e do Programa de Ação; e o Fórum de Organizações Não Governamentais (ONGs), que representou o ápice da mobilização da sociedade civil global. Essa dualidade de espaços foi essencial, pois a pressão e as proposições do Fórum frequentemente impulsionavam as discussões mais sensíveis da esfera diplomática.

O debate, contudo, foi profundamente polarizado. Dois temas, em particular, dominaram a Conferência e definiram seu clima de tensão: (1) O reconhecimento da

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

escravidão e do tráfico negreiro como "crime contra a humanidade", e a subsequente discussão sobre reparações históricas a países e descendentes; (2) a tentativa de incluir a crítica ao sionismo nos documentos finais, o que levou à retirada de importantes delegações, notadamente a dos Estados Unidos e de Israel (Silva, 2008).

A polarização ocorrida denúncia que a Conferência não se limitava a consensos formais, mas lidava com conflitos geopolíticos e morais profundos, destacando a necessidade de mediadores e articuladores que pudessem navegar a complexidade diplomática, ao mesmo tempo em que garantiam a preservação das pautas da sociedade civil. O Brasil, nesse contexto, desempenhou um papel significativo, marcado pela inédita assunção, em âmbito internacional, do racismo como um elemento estrutural de sua própria sociedade detalhado na seção subsequente.

4.2 O BRASIL EM DURBAN

Após compreender o contexto internacional e a relevância política da Conferência de Durban, torna-se fundamental analisar como o Brasil se inseriu nesse espaço de debate global sobre racismo e desigualdade. A participação brasileira na Conferência de Durban (2001) é considerada um marco para a política externa e doméstica do país no tocante às questões raciais. Diferentemente de encontros internacionais anteriores, a delegação que viajou para a África do Sul não representava apenas o Estado brasileiro, mas carregava a articulação vigorosa do Movimento Negro e de organizações da sociedade civil, que pressionaram por um reconhecimento inédito: a admissão formal, em nível internacional, de que o Brasil não era uma "democracia racial", mas sim um país com racismo estrutural e histórico.

Essa mudança de paradigma permitiu que a delegação defendesse pautas progressistas, como a necessidade de ações afirmativas e o apoio ao reconhecimento da escravidão como crime contra a humanidade. A magnitude do engajamento refletiu-se na delegação brasileira, que foi uma das maiores presentes, demonstrando a importância estratégica dada ao evento. Portanto, esta seção se dedica a detalhar a composição, as reivindicações e os resultados alcançados pelo

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Brasil, preparando o terreno para a análise do protagonismo individual na diplomacia racial.

Para Silva (2008) a composição refletia a diversidade étnica e cultural, bem como o grau de importância que o Estado e a sociedade atribuíam aos objetivos centrais da Conferência. Essa amplitude garantiu que a atuação brasileira fosse marcada pela constante interação e fluidez de diálogo entre o Governo e a sociedade civil. O encontro da delegação oficial com mais de 200 representantes da sociedade civil, foi considerado histórico por militantes do Movimento Negro, serviu para estreitar os laços de confiança em torno dos temas prioritários.

Dessa forma, a delegação oficial brasileira à Conferência foi uma das maiores do evento, reunindo cerca de 500 participantes entre representantes do governo e da sociedade civil ao evento da África do Sul. Chefiada pelo então Ministro da Justiça José Gregori, e tendo como chefe alterno o Embaixador Gilberto Saboia, a delegação incluía parlamentares, gestores públicos, representantes do Judiciário, integrantes do Ministério Público, movimentos sociais e organizações negras, como o Movimento Negro Unificado (MNU), o Geledés – Instituto da Mulher Negra, a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), além de membros do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Silva, 2008, pp. 196–197).

Sendo assim, com essa diversidade e equilíbrio, as instruções do Itamaraty à delegação orientavam uma postura conciliatória e cooperativa, voltada à construção de consensos e à adoção de propostas concretas de superação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância correlata. Segundo Silva (2008), ao mesmo tempo, as diretrizes ressaltavam que o Brasil deveria defender uma linguagem avançada e equilibrada, abordando as causas históricas do racismo, como o colonialismo e a escravidão, e reconhecendo as vítimas dessas práticas.

O discurso do Ministro José Gregori em plenário foi um marco simbólico da postura brasileira. Ao afirmar que o Brasil ainda sofria "as consequências nefastas da desigualdade, cujas raízes se estendem às nossas origens coloniais, ao capítulo nefasto da escravidão" (Silva, 2008, p.198), reconheceu publicamente que o país não era uma democracia racial, mas uma nação ainda marcada pelo racismo estrutural e pela exclusão histórica de negros e indígenas. Esse reconhecimento representou um passo significativo no cenário internacional, ao romper com a imagem idealizada de um país racialmente harmonioso (Silva, 2008).

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Durante a Conferência, o Brasil destacou-se em duas frentes diplomáticas principais. Primeiro, pela mediação do Embaixador Gilberto Saboia nas negociações sobre reparação histórica, um dos temas mais sensíveis e divisivos do encontro. A atuação brasileira foi decisiva para a inclusão, na Declaração e no Plano de Ação de Durban, de uma redação equilibrada que reconhecia a ligação direta entre escravidão, colonialismo e racismo contemporâneo, sem gerar rupturas diplomáticas entre os Estados (Silva, 2008, pp. 199-200).

Nos debates, a delegação brasileira buscou a inclusão de menção explícita a afrodescendentes e povos indígenas como vítimas. Foi alcançado o reconhecimento da importância da participação igualitária de afrodescendentes e a consagração do uso da terminologia "povos" como denominação de referência aos grupos indígenas (Silva, 2008).

A segunda iniciativa de destaque se deu porque a atuação brasileira foi determinante para evitar um catastrófico impasse no último dia da Conferência, relacionado às questões do Oriente Médio. Diante da proposta da delegação síria de reconsiderar textos altamente controvertidos, o Embaixador Gilberto Saboia interveio em uma "ação corajosa, visando a salvar a Conferência" (Silva, 2008, p. 200), submetendo uma moção de não-consideração dos textos re-apresentados. Embora inicialmente rejeitada, a moção foi reapresentada pela União Europeia e adotada por votação (51 a 37), permitindo o avanço e a conclusão da Conferência.

Ademais, foi positiva para o Brasil a reiteração da importância de se adotar medidas especiais ou de ação afirmativa em favor de indivíduos e grupos discriminados. No que tange à discriminação múltipla, a delegação propôs a inserção de fatores como gênero e orientação sexual. Contudo, a proposta de incluir a orientação sexual como fator de agravamento da discriminação racial foi rejeitada por uma aliança de países africanos e asiáticos muçulmanos e o Vaticano, apesar do apoio de diversas delegações do Grupo da Europa Ocidental e do GRULAC (América Latina e Caribe). O Brasil lamentou formalmente que a proteção dos direitos humanos das vítimas de formas agravadas de discriminação tivesse sido restringida pela exclusão desses fatores (Silva, 2008).

Posto isto, a Conferência de Durban contribuiu diretamente para a inserção do combate ao racismo e da promoção da igualdade racial na agenda pública nacional, culminando na criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003. No campo diplomático, o Brasil consolidou-se como referência internacional na defesa de políticas de reparação e de ação afirmativa, ao mesmo tempo em que incorporava a noção de discriminação múltipla ou agravada, incluindo fatores como gênero, idade e orientação sexual, ainda que, nem todas essas pautas tenham sido acolhidas no texto final da Conferência (Silva, 2008, p. 202).

Portanto, a atuação brasileira em Durban pode ser entendida como um ponto de inflexão tanto na política externa quanto na política doméstica. O encontro revelou os esforços de um país em reconhecer suas contradições internas e projetar, no cenário internacional, um compromisso com a igualdade racial. Nesse contexto, a participação de Edna Roland, mulher negra brasileira que exerceu papel central como Relatora-Geral da Conferência, representa uma dimensão simbólica e política ainda mais profunda dessa virada ao inserir a perspectiva de gênero e raça no centro do fazer internacional, como será analisado na próxima seção.

4.3 O PROTAGONISMO DE EDNA ROLAND

Para fomentar a analise e deixar viva a memória de mulheres negras brasileiras, Edna Maria Santos Roland (1951) foi uma referência no feminismo negro brasileiro, trazendo contribuições para a sociedade civil e governamental em organizações no âmbito do Estado, além de ter sido relatora da Conferência de Durban, conferência que inscreveu o Brasil em um dos capítulos mais importamtes da historia dos direitos humanos do mundo.

A trajetória de Edna Maria Santos Roland como agente internacional de transformação não se iniciou nos corredores da ONU, mas em suas origens periféricas. Nascida em Codó, Maranhão, em 1951, sua história pessoal reflete as tensões socioeconômicas do país: a migração da família para Goiânia após a perda de sua mãe e o incentivo paterno ao estudo (inglês e datilografia) revelam um esforço crucial de mobilidade social e acesso ao conhecimento. Essa agência pessoal foi o alicerce para sua formação política.

Um ponto de inflexão em sua juventude foi a experiência de estudar na Califórnia, Estados Unidos, através de uma bolsa, durante a efervescente década de 1960, que a expôs diretamente ao movimento de direitos civis e lhe forneceu uma

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

perspectiva internacional de raça forjada fora dos cânones da diplomacia brasileira. De volta ao Brasil em 1969, ingressou no curso de Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em pleno período dos Anos de Chumbo (vigência do AI-5) e se uniu à Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), chegando a viver na clandestinidade em São Paulo após a perseguição do regime militar por suas ações políticas.

Fotografía 1- Foto de Edna Maria Santos Roland.

Fonte: Agência Brasil /Foto:Fernando Frazão.

Essa formação radical e arriscada, marcada pela resistência e pelo ativismo de base, diferencia sua *expertise*. Participou da fundação do Geledés – Instituto da Mulher Negra em 1988, consolidou sua liderança no feminismo negro, ligando sua experiência de resistência à luta interseccional. Uma dessas experiências foi a organização do seminário de Itapecerica da Serra em 1993, sobre direitos reprodutivos e políticas públicas, realizado como preparação para a Conferência Mundial de População e Desenvolvimento, no Cairo em 1994. Como coordenadora do Programa de Saúde do Geledés, Edna Roland liderou o que considera um evento "histórico e extraordinário", que, financiado pela Fundação MacArthur, buscou trazer profissionalização para o espaço de atuação do movimento.

> Nós tentamos abrir o leque e reunir todo mundo, todas as posições, todo mundo que a gente achava que era importante no movimento para vir debater essa questão de direitos reprodutivos e políticas públicas, políticas de população, como falava. E parecia como um empreendimento de alto

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

> risco, porque até então, diversas iniciativas, por exemplo, o Primeiro Encontro Nacional, que foi em dezembro de 1988, o Segundo Encontro Nacional foi, creio que em 1992, eu não tenho certeza… Foram momentos de muita tensão política, muitas divergências, muitos rachas... então colocar todo mundo junto era um risco considerável. Mas eu acreditava que isso era possível e que deveríamos tentar fazer isso e tomar todos os cuidados necessários para que a coisa pudesse ter um bom resultado. (Roland, 2004, p. 57).

O legado central do encontro foi uma declaração que se tornou o primeiro documento público de um conjunto representativo de mulheres negras no Brasil a definir sua posição sobre direitos reprodutivos e políticas populacionais. O documento adotou o conceito de direitos reprodutivos, mas foi além, exigindo que o Estado garantisse direitos sociais amplos (como trabalho, educação e um sistema de saúde que funcione) como pré-condição para o exercício da autonomia reprodutiva, rejeitando políticas de controle e dando ênfase à prevenção do HIV/AIDS. Uma curiosidade em relação a essa declaração foi observar a articulação para ela ser realizada, destaca-se como determinante de sucesso a expertise de Edna em expor seus argumentos no momento certo, já que havia um leque de atores com diferentes posições políticas:

> A gente queria tirar uma declaração, mas o risco político parecia ser tão grande, que dizer que a gente iria fazer isso, já era uma coisa que poderia colocar em risco. Então nós não chegamos dizendo nem propondo nada. Mas ao longo do dia de sábado as coisas que foram acontecendo, os debates, a riqueza das coisas, foi tão extraordinário, que foi surgindo do próprio grupo: “Nós temos que tirar alguma coisa daqui. Nós não podemos ir embora simplesmente assim, sem tirar um documento, uma declaração.” O pessoal: “Está bom.” Aí então se tirou uma comissão, no sábado à noite. (Roland, 2004, p. 58).

Outra vivência fundamental, que evidencia seu compromisso com políticas públicas sensíveis às desigualdades e sua capacidade de operar dentro do Estado sem perder o horizonte da justiça social, foi sua participação na criação do primeiro serviço de aborto legal do Brasil, no Hospital do Jabaquara, durante sua atuação na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Roland integrou o processo desde a elaboração da proposta da portaria que instituiu o serviço até a avaliação dos hospitais e a sensibilização das equipes de saúde, contribuindo para estabelecer um modelo para todos os outro hospitais em que foram criados serviços de aborto legal, e que, posteriormente, influenciaria iniciativas em outros estados e até na América Latina.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

> Aí, eu tinha que, de alguma forma, encontrar um espaço para poder colocar as questões raciais na Secretaria da Saúde, e a oportunidade veio, justamente, com a proposta de introdução do quesito cor no Sistema Municipal de Informação em Saúde. Então, o que eu fiz? Eu articulava o movimento negro fora da Secretaria para o movimento vir demandar a Secretaria a necessidade disso. E dentro da Secretaria eu conversava com o secretário, falando para o secretário que aquela coisa era importante e que ele deveria fazer isso. Então eu fazia um trabalho por dentro e por fora para que houvesse a possibilidade política da criação dessa proposta.(Roland, 2004, p. 65).

Essa base política, e não a carreira diplomática, é que a credenciou como voz autorizada na Conferência de Durban, provando que a *expertise* para o "fazer RI" emerge das margens.

O ápice de sua atuação internacional ocorreu em 2001, quando foi escolhida como Relatora-Geral da Conferência de Durban, a primeira mulher negra brasileira a ocupar tal posto na ONU. Essa escolha foi deliberadamente estratégica por parte do secretariado da Conferência, que buscava um profissional que tivesse tido uma participação no processo de debate e que viesse diretamente da sociedade civil, garantindo a representação de quem estava na base da luta contra o racismo.

> Aí a segunda avaliação do Brasil é que eles achavam que eles deveriam indicar uma pessoa da sociedade civil. No dizer do embaixador, para expressar esta relação muito forte de colaboração que aconteceu entre a sociedade civil e o governo, durante o processo de Durban. Aí ele então, me perguntou se eu aceitaria que o meu nome fosse apresentado à Conferência como a candidatura do Brasil. Quando ele me falou isso a minha primeira reação foi de susto. Eu falei: “Mas por que eu embaixador?” Ele falou: “Nós achamos que você reúne todas as condições...”. (Roland, 2004, p. 92)

A origem fora da diplomacia tradicional garantiu a Roland um papel singular e, muitas vezes, invisível aos olhos do registro oficial. O sucesso de grandes conferências de direitos humanos reside justamente no trabalho de bastidores, onde a legitimidade política e o conhecimento técnico são usados para a construção de consensos. Enquanto o Embaixador era o rosto oficial do Brasil nas plenárias, Roland atuava como ponte e tradutora de linguagens, circulando entre diplomatas e ativistas. Sua função era mediar o que era diplomática e politicamente possível com o que era eticamente necessário para o Movimento Negro.

> E.R. – Gilberto Saboia. Acompanhando as negociações de parágrafos, quando eu achava que tinha alguma sugestão para fazer, eu grudava no ouvido dele, passava por escrito: “Embaixador, diga isso. Faça isso...” Tem que alimentar porque ele que fala pelo Brasil. Você tem que dar instrumentos para que ele pudesse intervir no debate. E aí ele, inclusive me solicitou em um determinado momento, que eu fosse negociar pelo Brasil, participar de alguns grupos que estavam negociando textos ou conceitos.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

> Foi aí, por exemplo, o conceito de afrodescendentes foi negociado lá em Santiago (Roland, 2004 p.86).

A influência de Roland não se limitou a Durban, sendo um reflexo da maturidade alcançada pela articulação brasileira em eventos preparatórios, como a Conferência Regional de Santiago (2000). A experiência em Santiago demonstrou que a expertise de Edna Roland já era crucial, pois ela se viu em momentos tendo que falar em nome do Brasil em certas instâncias de negociação, antes mesmo de assumir o posto de Relatora-Geral em Durban: "Eu assim: 'Mas eu embaixador?' 'Sim. Fale.' Alguns debates acerca da questão de miscigenação, ou de discriminação, ele: 'Fala você.' Então teve umas duas ou três ocasiões lá em Santiago em que eu falei e eu era o Brasil falando" (Roland, 2004, p. 86).

Além dessa experiência, há outra que me chamou muita atenção. Nos bastidores das preparações brasileiras para Durban, um episódio marcante revela a potência política de Edna Roland. Quando Hédio Silva Júnior, responsável por elaborar o relatório nacional, decidiu se demitir do Comitê Nacional pouco antes da conferência, Roland sentiu o peso da decisão. A saída inesperada de um aliado a deixou fragilizada naquele momento crucial. No entanto, foi a entrevista que ele concedeu no dia seguinte que despertou sua reação mais incisiva:

> Eu li a entrevista [do Hédio] e ele falou: "O que você achou?" Eu falei: "Fraco." "Como que você achou fraco?" Eu falei: "Claro. Você já chutou o balde, já saiu do comitê. Por que você então não coloca as políticas mais contundentes que nós podemos colocar neste momento? Por que você não propôs ações afirmativas e cotas nas universidades? Por que você não fez isso?" "Ah, mas eu não estou muito convencido que seja justo." Eu falei: "É justo sim." Aí discutimos, debatemos essa questão, e ele então resolveu [...] ele colocou uma linha: cotas para negros nas universidades. Eu não sei quantas páginas o relatório tem, mas tem esta linha: cotas para negros nas universidades, que entrou no último minuto, que ele pôs no documento. Quando o governo brasileiro tornou público o relatório para a mídia, tudo o que a mídia queria falar era sobre cotas para negros na universidade (Roland, 2004 p.101).

Antes mesmo de embarcar para Durban, Edna já se via interpelada pela imprensa, sempre sobre o mesmo tema. Foi então que ela estabeleceu um marco simbólico que ganharia desdobramentos futuros: "Somos 45% da população brasileira. Enquanto não formarmos 45% de todos os espaços desta sociedade, estão nos devendo". Esse raciocínio, transformado em critério político, ecoou além da conferência. Pouco depois, projetos de lei começaram a propor percentuais de reserva de vagas para negros, inicialmente 40%, seguindo o parâmetro público que Edna havia colocado em circulação. A pauta se materializou na adoção de cotas

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

raciais para estudantes negros em universidades públicas, na criação da Lei nº 10.639/2003 (que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira).

A intervenção de Roland, motivada por um senso de urgência e rigor político, demonstrou a força de uma epistemologia da prática que traduz a luta pela representação em uma métrica de reparação concreta. A partir de uma intervenção direta, ela não apenas incluiu um tema incômodo no documento brasileiro, mas abriu caminho para que a discussão sobre ações afirmativas se tornasse, enfim, parte da agenda pública nacional e internacional, transformando o relatório de Durban, de um documento diplomático, em um marco indutor de políticas públicas no Brasil.

Um dos episódios mais emblemáticos relatados por Edna Roland em sua entrevista comprova a tese do protagonismo de bastidores ocorreu na reta final da Conferência, quando a aprovação do documento foi ameaçada pela reabertura da negociação sobre a sensível questão Israel-Palestina. Uma delegação reverteu uma negociação que já havia sido feita em um "grupo secreto de negociação" e, com a adesão de outros países, criou o risco iminente de não se conseguir aprovar nenhum documento.

> Aí foi esse o momento em que eu... havia um funcionário lá das Nações Unidas, que tinha sido o relator da Conferência de Viena e que me tinha sido apresentado pelo embaixador. E esse senhor então sai da mesa da Conferência e vem devagarzinho, passa do meu lado e fala: “Edna, me segue.” Eu segui. Quando cheguei lá fora, ele falou: “Você pode trazer o embaixador brasileiro até aqui?” Eu falei: “Posso.” Aí eu volto como uma sombra, me esgueirando de volta, chego lá na delegação brasileira e falo: “Embaixador, por favor, me siga.” E assim: todo mundo fingindo que não existe. Aí o embaixador me segue, eu levo ele lá para fora e aí então, esse funcionário das Nações Unidas solicita que o Brasil faça uma moção com base em determinado artigo do regimento da Conferência, que era uma intervenção solicitando no motion, não-votação em relação a esse parágrafo que estava colocando em risco a Conferência. (Roland, 2004, pp. 98-99)

A narrativa revela que o sucesso do Brasil em Durban foi resultado de uma sinergia complexa, entre o capital político possibilitado pela ativista e da expertise técnica de um funcionário da ONU, executado pela autoridade formal do diplomata. Esse contexto reforça o argumento de que, por trás da decisão final anunciada pelo Embaixador (o que geralmente se inscreve nos registros oficiais), existia uma rede de influência e negociação. Roland serviu como mola propulsora para que as propostas da sociedade civil fossem levadas adiante. Essa capacidade de atuar decisivamente nos bastidores, mesmo sem um cargo diplomático tradicional, conecta-se diretamente com o encerramento do Capítulo II, que trata da ascensão e da importância dos atores não-estatais na redefinição das políticas de Estado.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

> Esse é o momento, para mim, o melhor momento da Conferência de Durban, foi o momento em que eu negociei com os Estados Unidos e com a União Europeia a manutenção do conceito de ações afirmativas ou positivas na declaração e no programa de ação de Durban. Porque isso garantiu que esse tenha sido o instrumento fundamental, o meio fundamental, apontado pela declaração e pelo programa de ação de Durban do ponto de vista de políticas públicas. É um meio fundamental. (Roland, 2004, p. 91)

O protagonismo de Edna Roland, em conjunto com o alinhamento inédito da delegação brasileira, teve um impacto direto na agenda nacional. A sinergia entre o Governo e a sociedade civil permitiu ao Brasil defender a inclusão de temas como as ações afirmativas para reparar os danos do colonialismo e da escravidão. Roland argumenta que o principal legado da Conferência foi ter dado a sustentação política e moral para que o governo brasileiro, no período pós-2001, implementasse políticas como a legislação de cotas e a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

> Para mim o mais gostoso, o mais legal da Conferência foram os processos de negociação. Porque são os momentos em que você é concretamente um ator político, que você está negociando, em que os direitos estão sendo construídos. Os direitos, os processos, as políticas estão sendo construídas ali na negociação. Então é o momento mais criativo da conferência, é esse momento. É o momento em que o texto vai sendo negociado e sendo aprovado. (Roland, 2004, p. 92)

O principal legado da Conferência foi dar a sustentação política e moral para que o governo brasileiro, no período pós-2001, implementasse políticas como a legislação de cotas e a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), sendo o cumprimento da Declaração de Durban uma de suas obrigações. O estudo de caso de Edna Roland, portanto, comprova que o sucesso da diplomacia em matéria de direitos humanos reside na capacidade de um ator não-estatal, munido de legitimidade militante, influenciar a formulação e o resultado das negociações internacionais nos bastidores e, subsequentemente, a política interna de seu país.

O impacto do protagonismo de Edna Roland se estendeu para além da Conferência de Durban, consolidando sua expertise no cenário multilateral. Após o evento, Roland continuou a exercer uma influência institucional significativa ao ser nomeada para posições estratégicas na ONU. Sua nomeação como Coordenadora da UNESCO para a América Latina e Caribe para a temática do racismo e discriminação racial, uma posição nova e inédita na região, já demonstrava o reconhecimento da urgência e relevância de sua atuação. Mais crucialmente, o

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, a indicou como uma das cinco integrantes do Grupo de Pessoas Eminentes encarregadas de acompanhar e monitorar a implementação da Declaração e do Programa de Ação de Durban. Esta nomeação, que a colocou entre as cinco lideranças globais a supervisionar o principal legado da Conferência, atesta que sua agência não-estatal foi formalmente incorporada como um mecanismo estrutural de pressão e transformação no sistema multilateral.

Edna Roland demonstra o que significa fazer política internacional a partir de uma perspectiva negra e feminina. Para Roland, o poder não se restringe aos grandes cargos ou discursos oficiais, mas se manifesta nas brechas, nos gestos e nas oportunidades de interferir na formulação de políticas e decisões que transformam o curso das relações internacionais. Esse olhar desloca a lógica tradicional da diplomacia e afirma que o "jogo interessante", como ela o define, está precisamente na capacidade de intervir e deixar marcas, mesmo em espaços que insistem em invisibilizar quem os constrói: "São determinados momentos em que você tem a oportunidade de contribuir para que uma determinada política seja formulada ou implementada, e isso é que eu acho que faz o jogo interessante, essa possibilidade."

4.4 ENTRELAÇAR DE LITERATURAS

Assim, Edna Roland materializa o que Cynthia Enloe (2014) descreve como o poder político dos bastidores, o reconhecimento de que "o internacional é pessoal". Mulheres que sustentam, negociam e transformam o sistema a partir de posições invisibilizadas, a partir do dia a dia, de vir da sociedade civil, de estar nos bastidores de uma conferência. Sua trajetória mostra que o poder, nas Relações Internacionais, não se limita à visibilidade pública, mas também à capacidade de intervir nos processos de formulação e mediação.

Portanto, a atuação de Roland pode ser analisada a partir de uma perspectiva interseccional, conforme proposta por Kimberlé Crenshaw (1989). Sua presença em Durban exemplifica a sobreposição de eixos de opressão (raça, gênero e classe) que moldam a participação das mulheres negras em espaços de poder. Ao ocupar um cargo de destaque em um evento multilateral, Roland rompe o padrão de

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

exclusão que caracteriza a diplomacia brasileira, marcada pela branquitude e masculinidade hegemônicas.

Sua atuação também ecoa o conceito de amefricanidade, de Lélia Gonzalez (1988), ao afirmar um fazer político enraizado nas experiências históricas e culturais das mulheres negras das Américas. A relatoria de Roland, construída a partir da escuta, da negociação e da solidariedade transnacional entre povos racializados, representa uma forma amefricana de fazer Relações Internacionais, uma prática política que se opõe à racionalidade eurocêntrica e individualista da diplomacia tradicional.

Ademais, ao adentrar um espaço diplomático permeado pelo que Cida Bento (2002) denomina “pacto narcísico da branquitude”, Roland confronta estruturas históricas de exclusão racial e de gênero. Sua atuação rompe o silêncio imposto às mulheres negras e inscreve novas narrativas no campo internacional, revelando que o reconhecimento político e epistêmico é também uma forma de reparação histórica. Como relatora-geral, ela ocupou não apenas um cargo técnico, mas um lugar de poder discursivo, pois sua voz influenciou a redação final de um dos documentos mais importantes da história dos direitos humanos contemporâneos.

Destarte, o protagonismo de Edna Roland em Durban transcende o episódio histórico da Conferência. Ele simboliza a entrada das mulheres negras brasileiras no debate global sobre racismo, marcando uma virada na forma de compreender o papel do Brasil e da diáspora africana no sistema internacional. Ao assumir funções de liderança em um evento de tal magnitude, Roland reafirma que as mulheres negras não são apenas objeto das políticas antirracistas, são sujeitos políticos e epistêmicos centrais na construção dessas agendas.

Seu legado se projeta para além de Durban, influenciando políticas públicas e debates internacionais posteriores, como a cota para negros na universidade, e inclusive por meio de sua atuação como integrante do Grupo de Especialistas das Nações Unidas sobre Discriminação Racial. Edna Roland tornou-se um símbolo do que significa fazer Relações Internacionais a partir do Sul e do corpo negro feminino, isto é, reinscrever o internacional em uma chave amefricana, coletiva e insurgente.

4.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

A análise da IV Conferência Mundial sobre Racismo (Durban, 2001), apresentada neste capítulo, confirma o evento como um marco de inflexão para o debate racial, tanto em nível global quanto no contexto das políticas públicas brasileiras. A Conferência, marcada por tensões diplomáticas e temas de alta polarização, consolidou, de forma inédita, o reconhecimento da escravidão e do colonialismo como precursores das manifestações contemporâneas de racismo. O debate proporcionou, internamente, a mais ampla discussão sobre a questão racial na história do Brasil, forçando o Governo a emitir um reconhecimento explícito da existência de diferentes modalidades de discriminação no País.

Sendo assim, o protagonismo da delegação brasileira foi fundamental para o êxito das negociações. O Brasil logrou atuar como um ator conciliatório, buscando consensos e evitando condenações seletivas, ao mesmo tempo em que defendia posições de princípio. Essa estratégia foi possível pela sinergia inédita estabelecida entre o Estado e a sociedade civil, resultado da vigorosa articulação do Movimento Negro, em especial da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Pró-Durban (Carneiro, 2002). Essa colaboração permitiu que o Brasil defendesse a inclusão de afrodescendentes e povos indígenas como vítimas de racismo e apoiasse a reiteração da importância da adoção de medidas especiais ou de ação afirmativa.

O Estudo de Caso focado em Edna Roland evidencia o papel crucial do protagonismo individual estratégico nos bastidores. Sua atuação como Relatora-Geral da Conferência, representando a força do movimento de mulheres negras, demonstrou a força da articulação entre a legitimidade militante e a expertise técnica. Roland atuou como uma ponte e tradutora de linguagens, sendo a peça-chave para a resolução da crise final que ameaçou o documento da Conferência. O sucesso da delegação residiu no fato de que o Itamaraty, o governo, a sociedade civil e a Edna Roland estavam alinhados em conjunto.

Em última análise, o legado de Durban para o Brasil não foi apenas diplomático; foi transformador. O documento final forneceu a sustentação política e moral necessária para que o combate ao racismo e à discriminação fosse integrado à agenda política nacional, sendo elevado à condição de política permanente de Estado. Esse novo paradigma, materializado na criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e na adoção de políticas de

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

ações afirmativas, consolida a transição do mito da democracia racial para o reconhecimento e o enfrentamento do racismo estrutural. O caso de Durban e o papel de Roland provam que a influência nos foros multilaterais é um mecanismo poderoso para a transformação das políticas domésticas.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa percorreu um caminho que partiu da reflexão sobre as estruturas de poder e conhecimento que sustentam o campo das Relações Internacionais, passando pela análise das dinâmicas de exclusão e representatividade no Itamaraty e culminando na observação do protagonismo das mulheres negras em espaços de resistência e formulação política internacional.

Inicialmente, buscou-se compreender como as bases eurocêntricas, patriarcais e capitalistas das RI moldaram um campo que naturaliza o epistemicídio interseccional, limitando a legitimidade dos saberes não brancos e não masculinos. Em seguida, examinou-se como essas hierarquias se reproduzem na diplomacia brasileira, evidenciando as barreiras institucionais e simbólicas que afastam as mulheres negras da política externa. Por fim, foi analisada a atuação de mulheres negras brasileiras e latino-americanas em arenas internacionais, como na Conferência de Durban (2001), em que puderam se se afirmar como sujeitas políticas e produtoras de novos paradigmas de justiça e equidade.

O percurso deste trabalho evidenciou que o campo das Relações Internacionais, longe de ser neutro ou universal, foi erguido sobre bases que privilegiam a branquitude, o patriarcado e o capitalismo, resultando na naturalização de um epistemicídio interseccional. Tal estrutura não apenas define quem pode produzir conhecimento, mas também determina quais saberes são reconhecidos como legítimos e dignos de representação. No contexto brasileiro, essa lógica se manifesta na formação e no funcionamento do Itamaraty, espaço de poder e prestígio que historicamente excluiu as mulheres e, de forma ainda mais severa, as mulheres negras, da formulação da política externa nacional.

Dessa forma, a análise demonstrou como a diplomacia brasileira reproduz as hierarquias raciais e de gênero que estruturam o Estado e a sociedade. Ainda que o ingresso de mulheres no Itamaraty tenha aumentado, as barreiras simbólicas e institucionais continuam a limitar o acesso e o reconhecimento das mulheres negras. Como evidenciado por Balbino (2011) e Globo (2018), essa ausência não é apenas numérica, mas reflete a desvalorização de epistemologias e experiências negras no

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

fazer diplomático. Questionar essa exclusão é, portanto, questionar a própria estrutura de poder que sustenta o campo das Relações Internacionais.

Outrossim, a investigação da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (Durban, 2001) mostrou que a resistência a esse silenciamento tem nome, cor e gênero. O protagonismo de Edna Roland e de outras mulheres negras brasileiras e latino-americanas em Durban representa a ruptura com o monopólio epistemológico branco e masculino. Suas atuações reafirmaram que as mulheres negras não apenas participam das relações internacionais, mas as refazem, introduzindo novos paradigmas éticos e políticos baseados na equidade, na memória e na justiça social.

Durban, nesse sentido, não foi apenas uma conferência: foi uma encruzilhada de saberes e uma abertura de caminhos. E é nessa travessia que este trabalho se inscreve — como parte de uma luta contínua por uma ciência e uma política internacional que reconheçam o valor e a centralidade das vozes negras femininas na construção do mundo.

Portanto, pode-se concluir que as mulheres brasileiras estão fazendo Relações Internacionais em qualquer lugar que queiram estar. Elas estão nos movimentos sociais, nas organizações de base, nas universidades, nas ONGs, nas comunidades periféricas e quilombolas, e nas articulações transnacionais de mulheres negras latino-americanas. Fazem o internacional ao construir redes de solidariedade, ao pautar direitos humanos, ao lutar contra o racismo ambiental, ao promover a cooperação entre povos e denunciar as desigualdades globais. Mesmo em menores números nos espaços formais da diplomacia, essas mulheres constroem práticas internacionais cotidianas que desafiam as fronteiras entre o local e o global, o político e o pessoal. Assim, reafirmam que o internacional também se faz desde as margens, com outras vozes, corpos e epistemologias.

Constatou-se, assim, que as mulheres negras, ao habitarem a intersecção entre raça, gênero e classe, constroem uma perspectiva singular sobre o mundo, capaz de revelar as fissuras e contradições do sistema internacional. Sua presença e suas vozes tensionam as estruturas coloniais da disciplina e se afirmam como práticas de resistência e produção de conhecimento situado e emancipatório. Ao pensar a partir de nossas vivências e de nossa amefricanidade, como propôs Lélia

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Gonzalez, reafirmamos que ocupar o campo das Relações Internacionais com nossos corpos, vozes e perspectivas é um ato de poder, de futuro e de reexistência.

Em suma, romper com o epistemicídio interseccional nas Relações Internacionais é reconhecer que não há universalidade sem pluralidade. Significa legitimar as epistemologias do Sul Global, valorizar a agência das mulheres negras e compreender que o fazer internacional é atravessado por corpos, memórias e experiências diversas. O internacional é pessoal, como ensina Cynthia Enloe, e é também racializado e generificado, como mostram as teóricas negras brasileiras. Por isso, reconstruir o campo das Relações Internacionais exige escutar e incorporar as vozes que, por séculos, foram silenciadas.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricity: The Theory of Social Change.** Chicago: African American Images, 1980.

AZAMBUJA, Marcos. Casa bem-assombrada: o Itamaraty antes da sua ida para Goiás. **Revista Piauí,** ed. 54, mar. 2011.

BALBINO, Viviane Rios. **Diplomata: substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BARAZUOL, Fernanda Barht; ZANELLA, Cristine Koehler. **Feminismo e Relações Internacionais: um mundo, muitos feminismos.** In: Feminismo, gênero e relações internacionais. Organização de Natália Maria Félix de Souza, Fernanda Barth Barasuol e Cristine Koehler Zanella. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOLETIM estatístico: mulheres no Serviço Exterior Brasileiro. 4. ed. **SindItamaraty**, 2025. Disponível em: https://sinditamaraty.org.br/images/Boletim-estat%C3%ADstico---mulheres-no-SEB-4a-edi%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

BOLETIM étnico-racial do Itamaraty. **Poder360**, 2025. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-governo/sob-lula-mulheres-em-cargos-de-chefia-no-itamaraty-sobem-20-p-p/. Acesso em: 25 set. 2025.

CAFÉZEIRO, Isabel. Universalidade e neutralidade: considerações para descolonizar a matemática. **Ciência & Educação,** Bauru, v. 31, e25012, 2025. DOI: 10.1590/1516-731320250012.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e a branquidade. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN),** v. 6, n. 13, p. 88–106, jun. 2014. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/152. Acesso em: 1 abr. 2025.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, n. 1, p. 209-214, 2002.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser: o racismo como fundamento da desigualdade**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

CARNEIRO, Sueli. O epistemicídio negro**. Colunas Tortas**, [S.l.], 2014. Disponível em: https://colunastortas.com.br/o-epistemicidio-negro-sueli-carneiro/. Acesso em: 1 abr. 2025.

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001, Durban, África do Sul. **Declaração e Programa de Ação.** [Durban]: Nações Unidas, 2001. Disponível em:

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

https://brasil.un.org/sites/default/files/2021-10/declaracao_durban.pdf. Acesso em: 5 nov. 2025.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics.** Berkeley: University of California Press, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós**. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

FERNÁNDEZ, M. As Relações Internacionais e seus epistemicídios. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD,** v. 8, n. 15, p. 458–485, 2019. DOI: 10.30612/rmufgd.v8i15.11552.

GÊNERO e raça no Itamaraty. **Gênero e Número**, 2025. Disponível em: https://www.generonumero.media/itamaraty-genero-raca/. Acesso em: 25 set. 2025.

GILL, Andréa; PIRES Thula. **Racializando o gênero: repensando ainterseccionalidade para além da lógica identitária.** In: Feminismo, gênero e relações internacionais. Organização de Natália Maria Félix de Souza, Fernanda Barth Barasuol e Cristine Koehler Zanella. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

GLOBO, Karla. Da exclusão à inclusão consentida: negros e mulheres na diplomacia brasileira. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 38, p. 440–463, jan./abr. 2018. DOI: 10.5007/2175-7984.2018v17n38p440.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1988.

HANSEN, Lene. Ontologies, epistemologies, methodologies. In: SHEPHERD, Laura J. (ed.). **Gender Matters in World Politics: A Feminist Introduction to International Relations.** New York: Routledge, 2010.

HOBBES, Thomas. **Leviatã.** São Paulo: Abril Cultural, 1988.

HOOKS, bell. **Ain't I a Woman? Black Women and Feminism**. Boston: South End Press, 1984.

INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David L. **International Relations and the Problem of Difference.** New York: Routledge, 2004.

JESUS, Diego Santos Vieira de. **Um mundo de homens? Masculinidades e Relações Internacionais.** In: Feminismo, gênero e relações internacionais. Organização de Natália Maria Félix de Souza, Fernanda Barth Barasuol e Cristine Koehler Zanella. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.

JUBRAN, Bruno Mariotto; LEÃES, Ricardo Fagundes; VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. **Relações Internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos**. Porto

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

Alegre: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 2015. (Textos para Discussão FEE, n. 131). Disponível em: https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/20150525relacoes-internacionais_-conceitos-basicos-e-aspectos-teoricos.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, C. A. C. de. O papel da branquitude na construção do outro e do eu nas Relações Internacionais. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 12, n. 24, p. 144–165, 2024.

LINHA DE COR. **Tramas da Resistência: Edna Maria Santos Roland.** [S.l.]: Ngongo Filmes, [2022]. Disponível em: https://www.linhadecor.com/resistencia?trama=edna_roland. Acesso em: 26 nov. 2025.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (orgs.). **Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, n. 12, p. 733–757, 2010.

MILLS, Charles W. **The Racial Contract.** New York: Cornell University Press, 1997.

MOREIRA JR., Hermes. Contestando a “Ciência Social Norte-Americana”: críticas à postura conservadora das teorias do mainstream das Relações Internacionais. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 1, n. 3, p. 448–480, 2013. DOI: 10.36311/2237-7743.2012.v1n3.p448-480. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/2518. Acesso em: 17 fev. 2025.

MULHERES diplomatas: pioneiras e embaixadoras. [S.l.]: [s.n.], 2025. Disponível em: https://mulheresdiplomatas.org/pioneiras-e-embaixadoras. Acesso em: 25 set. 2025.

OLIVEIRA, Ananda Vilela da Silva. **Epistemicídio e a academia de Relações Internacionais: o Projeto UNESCO e o pensamento afrodiaspórico sobre o Brasil e seu lugar no mundo**. 2020. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Samuel Dias. Cida Bento diz o que se cala: resenha do livro O pacto da branquitude. **Revista ABPN,** v. 14, ed. esp., p. 301–305, 2022. Acesso em: 1 abr. 2025.

ROLAND, Edna Maria Santos. **Edna Roland** (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (6h15min).

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45

SÁ, Edvaldo Batista de; SANTOS, Yuri Luciano; SILVA, Tatiana Dias. **Edição Censo Demográfico 2022**. Brasília, DF: Ministério da Igualdade Racial, fev. 2024. 13 p. (Informe MIR – Monitoramento e Avaliação, n. 3). Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/Informe-edicao-censo-demogrfico2022.pdf. Acesso em: 1 dez. 2025.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php . Acesso em: 19 fev. 2025.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável.** Tradução de Amilcar Packer; Pedro Daher. São Paulo: Oficina de Imaginação Política; Living Commons, 2019.

SILVA, Karine de Souza. "Esse silêncio todo me atordoa": a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa (RIL),** Brasília, v. 58, n. 229, p. 37–55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37. Acesso em: 18 fev. 2025.

SILVA, Karine de Souza. Os Estudos Críticos da Branquitude e as Relações Internacionais: disputando narrativas e desafiando estruturas epidérmicas de poder. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos,** Florianópolis, v. 44, n. 93, p. 1–47, 2023. DOI: 10.5007/2177-7055.2023.e92064.

SILVA, Silvio José Albuquerque e. *Combate ao racismo*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

VERGÈS, Françoise. **Por um feminismo decolonial.** Tradução de Jamille Pinheiro Dias; Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

VIGEVANI, Tullo; MARTINS, Aline Regina Alves; MIKLOS, Manoela; RODRIGUES, Priscila. A contribuição marxista para o estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova,** n. 83, p. 111–143, 2011. DOI: 10.1590/S0102-64452011000200005.

Versão Final Homologada
12/12/2025 13:45